

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 19 de abril de 2022 - Ata n.º 31.

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **31.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 30, de 18 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Há, sim, Sr. Presidente. Boa tarde às Sr.^{as} e aos Sr.^s Parlamentares e a todos que aqui também nos visitam e às pessoas que serão inclusive homenageadas, nossas policiais femininas.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagem: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Mensagem n.º 26/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 159/2022**), que autoriza o Poder Executivo a proceder aporte financeiro a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 922/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ao Requerimento n.º 7293/2021, do Deputado Reichembach; **Ofício n.º 941/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 2391/2021, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 946/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Cohapar ao Requerimento n.º 6427/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 971/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6424/2021, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 969/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 72/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 956/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 54/2022, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 968/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 470/2022, do Deputado Arilson Chiorato e demais Parlamentares; **Ofício n.º 918/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 5273/2021, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 933/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6391/2021, do Deputado Luiz Carlos Martins; **Ofício n.º 970/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 500/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 928/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 332/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício n.º**

967/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 6998/2021, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 960/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 326/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 957/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 240/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 964/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 34/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; **Ofício n.º 958/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 7138/2021, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 961/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 6262/2021, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 965/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Agepar ao Requerimento n.º 6438/2021, do Deputado Soldado Fruet; **Ofício n.º 959/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 104/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 980/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 579/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 904/2022** da Casa Civil, encaminhando informações referentes ao relatório de análise de metas e resultados do Plano de Negócios e Estratégia de Longo prazo da Compagás, exercício de 2021-2025; **Ofício n.º 140/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 56/2022, sendo convertido na Lei n.º 21012; **Ofício n.º 137/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 749/2021, sendo convertido na Lei n.º 21008; **Ofício n.º 139/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 451/2021, sendo convertido na Lei n.º 21010; **Ofício n.º 141/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 458/2021, sendo convertido na Lei n.º 21009; **Ofício n.º 138/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 747/2019, sendo convertido na Lei n.º 21011. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, visitantes que visitam a nossa Casa, teremos dois momentos aqui, no dia de hoje, de entrega de Menção Honrosa, em dois instantes, um por solicitação do Deputado Soldado Adriano José e outro pela Deputada Cristina Silvestri. Vamos iniciar pela Deputada Cristina Silvestri, que está inscrita no Grande Expediente e, como regra, sempre assim agimos. E ela, como Procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, nesta tarde, tem o espaço destinado à realização da homenagem ao *Dia Estadual da Polícia Militar Feminina*, comemorado no dia 19 de abril, conforme Lei n.º 20.543. A presença das mulheres nas polícias do Paraná representa a democratização e a estrutura institucional. Hoje, as policiais femininas atuam nas mais diversas funções, desempenhando atividades operacionais, especializadas e administrativas. Ao longo desse tempo, as policiais femininas buscaram e conquistaram o seu lugar, mesmo travando muitas lutas, superando dificuldades e criando novos espaços. Anuncio e agradeço aqui a presença das nossas homenageadas. Faço questão de fazer a leitura, com a permissão ainda da Deputada Cristina, de um breve relato de cada uma. Coronel Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, integrando a Corporação da Polícia Militar por 33 anos, foi a primeira mulher a chefiar o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no ano de 2018. No Brasil, apenas duas mulheres já desempenharam essa função. Homenageada pelos relevantes serviços prestados à Polícia Militar do Estado do Paraná. A Capitã QPPM Geovana Angeli Messias, primeira colocada no curso de formação de oficiais, bombeiros militares; primeira mulher a ocupar o posto de Capitão QBOM, sendo a mais antiga mulher do Corpo de Bombeiros. Também foi a primeira mulher a comandar uma subaérea em *Operação Verão*, na temporada 2020/2021, em Pontal do Paraná, homenageada pelos relevantes serviços prestados ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. Delegada de Polícia Vanessa Alice exerceu o cargo com destaque em várias unidades e especialidades de grande importância no Estado, comandou investigações de caráter nacional e internacional, foi professora da Escola Superior de Polícia Civil, onde ministrou aulas de técnicas de entrevista e interrogatório, competência adquirida em cursos

específicos sobre a matéria com o FBI Federal. Agora, vem aqui uma fala em inglês, não sou muito bom, vou abreviar, além da experiência de campo vivida ao longo de quase 30 anos de carreira, atualmente exerce a função de Delegada-Chefe da Delegacia da Mulher do Paraná, homenageada pelos relevantes serviços prestados também à Polícia Civil do nosso Estado. Policial Federal Juliana Buarque de Amorim Batista, já exerceu a chefia de várias delegacias, foi Chefe do Núcleo de Operações, no Núcleo de Imigração, no Núcleo Administrativo da Superintendência Regional e atualmente é a gestora do importante Núcleo de Registro de Estrangeiros da Polícia Federal em Curitiba, homenageada pelos relevantes serviços prestados à Polícia Federal. Segundo-Tenente Tatiana dos Santos Pereira. Sua trajetória no Exército Brasileiro é marcada por participações e destaque. Todos os testes de aptidão física realizados, desde o seu ingresso no Exército Brasileiro, foram com obtenção excelente. Em 30 de abril de 2020, foi promovida ao posto de Segundo-Tenente, homenageada pelos relevantes serviços prestados ao Exército Brasileiro. Portanto, ao tempo em que agradecemos à estada aqui das nossas ilustres convidadas, com muita honra, concedo a palavra à Deputada Cristina Silvestri, que é responsável pela Procuradoria da Mulher aqui na nossa Casa, para a saudação às suas convidadas e nossas convidadas. Som para o orador, por favor.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra a Sr.^a Deputada Cristina Silvestri.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, a toda Mesa Diretiva, às Sr.^{as} Deputadas. Uma saudação especial às nossas ilustres homenageadas, Sr.^s Deputados, à imprensa e a todos os convidados que aqui se encontram. É com grande satisfação que eu, como Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa do Paraná, faço, em nome de todas as Deputadas, Deputadas Mara Lima, Luciana Rafagnin, Maria Victória e Mabel Canto, esta homenagem a essas nossas policiais e dizer da nossa satisfação que hoje, 19 de abril, há 45 anos foi criado, por um Decreto de n.º 3.238, o Pelotão da Polícia Militar Feminino. Então, estamos, há 45 anos, com essas bravas mulheres dentro da Polícia Militar e hoje ocupando o seu espaço e bem representando a sociedade

e a todos nós. E tenho muito orgulho de dizer que o Paraná foi o segundo Estado a criar o Pelotão Feminino, atrás apenas do Estado de São Paulo. No ano passado, aprovamos aqui na Assembleia Legislativa a Lei n.º 20.543/2021, que cria o *Dia Estadual da Polícia Militar Feminina*, de autoria dos Deputados Cantora Mara Lima, Soldado Adriano José, Delegado Fernando Martins, Soldado Fruet e Ex-Deputado do Carmo. Essas mulheres, hoje, ocupam cargos de soldado a coronel. Quero homenagear, neste dia, todas as policiais e homenagear também o Exército Brasileiro, hoje, que é o seu dia, 19 de abril, e também o *Dia do Índio*. Então, hoje, temos muitas homenagens. Essas policiais já provaram ser capazes de suportar a pressão profissional e sempre desempenhando com êxito as funções, atuando com profissionalismo e com competência. Elas estão protegendo as nossas famílias, mas elas não têm certeza, Sr. Presidente, se elas vão voltar para as suas casas para proteger as suas famílias, porque elas são esposas, donas de casa e mães, e o caminho percorrido por essas mulheres é muito desafiador. Ainda é muito mais difícil ser mulher em ambientes tradicionalmente reconhecidos como masculinos. Pelo fato de serem mulheres, as policiais, muitas vezes, sofrem preconceitos, assédios e são intimidadas. Pensando nessas mulheres e nas denúncias que recebemos na Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Paraná, apresentamos o Projeto de Lei 16/2022, que cria o *Dia de Combate à Violência Institucional contra as Mulheres*, com o objetivo de educar, conscientizar, prevenir e combater todos os tipos de violência, seja de natureza moral ou sexual, no ambiente de trabalho e de instituições públicas do Estado do Paraná. As nossas policiais merecem mais respeito e reconhecimento institucional e social. Escolhemos cinco mulheres para receberem a menção honrosa de hoje, mas queremos que todas as policiais sintam-se homenageadas pelos relevantes serviços prestados à sociedade e por abrirem caminhos para as outras mulheres dentro das corporações. E lembremos que para que as mulheres ingressem mais à polícia é fundamental que combatamos a violência institucional. E quero hoje falar um pouquinho das nossas homenageadas. A Cel. Audilene Rosa de Paula Dias, nossa homenageada pela Polícia Militar do Paraná, assumiu a função de ser a primeira mulher a chefiar o cargo de Comandante da Polícia

Militar do Estado do Paraná, em 2018, o que muito nos honra Cel. Audilene. Capacitada e sensível, conseguiu reunir todos os requisitos para assumir o comando; integrou a corporação por 33 anos; é mãe, esposa, filha, amiga, cristã, gestora e profissional. A Cel. Audilene já foi Chefe do 3.º Comando Regional de Maringá, que abrange as regiões de Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Umuarama e Arapongas; também comandou interinamente o 8.º Batalhão de Paranavaí e no 4.º Batalhão de Maringá passou pelo Pelotão de Trânsito, Chefe de Seção de Inteligência e outros setores. A Cel. Audilene é Bacharel em Segurança Pública e em Direito, é formada em magistratura pela Escola Superior de Magistratura do Paraná, tem Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública, além de Especialização em Gestão de Pessoas. A Capitã Giovana Angeli Messias foi a primeira colocada no curso de formação de oficiais de Bombeiros Militares, a mais antiga mulher do Corpo de Bombeiros e a primeira mulher a ocupar o posto de Capitã; também foi a primeira mulher a comandar uma Subaérea em Operação Verão na temporada 20-21, em Pontal do Paraná. Em 2001 começou a prestar serviços junto ao Corpo de Bombeiros como Guarda-Vidas Civil Voluntária, trabalhando nas Operações Verão 2001 e 2005; é esposa e mãe de dois filhos. A Delegada da Polícia Civil Vanessa Alice exerceu o cargo com destaque em várias unidades especializadas de grande importância no Estado, como a Delegacia da Mulher, Delegacia de Homicídios, Cope, Denarc e Delegacia de Estelionato; comandou investigações de caráter nacional e internacional, entre eles o caso da menina Rachel Genofre, encontrada morta na Rodoferroviária de Curitiba, o homicídio que vitimou o Cônsul de Portugal e ainda o caso em que 21 mulheres foram vítimas de homicídio no município de Almirante Tamandaré. Foi professora da Escola Superior de Polícia Civil, onde ministrou aulas de técnicas de entrevista e interrogatório, competência adquirida em um curso específico com a FBI, além da experiência de campo vivida ao longo de quase 30 anos de carreira; atualmente exerce a função de Delegada-Chefe da Delegacia da Mulher do Estado do Paraná. É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e compõe o quadro de servidores públicos do Paraná desde 1997. A policial federal Juliana Buarque de Amorim Batista já exerceu a chefia de

várias delegacias e atualmente é gestora do importante Núcleo de Registro de Estrangeiros da Polícia Federal, em Curitiba. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, Pós-Graduada pela Unicap e pela Escola Superior de Magistratura, Esmape, tem curso de Formação Profissional de Agente de Polícia Federal e foi empossada na Superintendência Regional da Polícia Federal em Porto Alegre, em 2006. Na Polícia Federal foi Chefe do Núcleo de Operações em São Borja, no Rio Grande do Sul, trabalhou no Núcleo de Operações e no Núcleo de Imigração de Cascavel, trabalhou no Núcleo de Operações e foi Chefe do Núcleo Administrativo de Bagé, no Rio Grande do Sul. E a Segundo-Tenente Tatiana dos Santos Pereira, representando o Exército Brasileiro, todos os testes de aptidão física realizados desde o seu ingresso no Exército Brasileiro foram com obtenção de excelente; é casada e é mãe. Tem formação superior em Administração, Pós-Graduação em Gestão Estratégica e de Negócios, Pós-Graduação em Gestão Financeira e Contábil, Pós-Graduação em Controladoria e Finanças Empresariais, Pós-Graduação em Gestão Pública com habilitação em pessoas e Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior; tem também vários cursos em instituições civis, cursos no Exército Brasileiro e diversas publicações entre livros e artigos. Apresentou-se no Exército Brasileiro como Aspirante a Oficial no 20.º Batalhão de Infantaria Blindado, apresentou-se no Comando da 5.ª Regional Militar, assumindo a partir dessa data a função de Adjunto. Sempre de forma voluntária, participou de diversas competições esportivas. Foi promovida ao posto de Segundo-Tenente em 2020. Essas são as nossas homenageadas de hoje e é com muita honra e com muito orgulho que queremos entregar estas menções a cada uma de vocês. Muito obrigada! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência, em nome da Mesa Executiva, tem o prazer de anunciar aqui também a presença na Casa da visita dos alunos do Curso Técnico em Administração do Centro Estadual de Educação Profissional Erotides Ângelo Nichele, da cidade de Fazenda Rio Grande, acompanhados pelos professores Marinês França e Josinei Oliveira. Sejam também bem-vindos à nossa Casa, bem como o SindSaúde e os

funcionários do Sejuf que aqui estão. **Vou suspender a Sessão por alguns instantes**, para fazermos as entregas das menções honrosas.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Vamos anunciando a fala do primeiro orador inscrito, Deputado Soldado Adriano José, ao tempo em que anunciamos aqui a presença também das pessoas que serão homenageadas pelo Deputado e por esta Casa: Sr. Luiz Carlos Tibes, Agente de Apoio do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, neste ato representando os servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, Sejuf; Sr. Marcelo José Bressan, Agente de Segurança do Sistema Socioeducativo também do Paraná, neste ato representando os agentes de segurança do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, Sejuf; agentes e servidores do Sistema Socioeducativo do Estado do Paraná, Sejuf, que se encontram no primeiro balcão desta Casa de Leis. Sejam todos bem-vindos. Com a palavra, Deputado Soldado Adriano José.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, público que nos assiste, em especial, os nossos agentes de segurança socioeducativos, que se fazem presentes aqui nesta tarde. Dizer da satisfação de receber todos vocês aqui, em nome do Denis Bonato, que é agente de segurança socioeducativo, irmão do nosso Cabo Bonato, policial militar que foi ferido ali em Guarapuava. Em nome do Marcelo Bressan, do Luiz Carlos Tibes e da Tatiana, cumprimentar todos os agentes de segurança socioeducativos que se encontram aqui hoje, representados pelos municípios de Campo Mourão, Maringá, Paranavaí, Cascavel, Toledo, Umuarama, Curitiba, Laranjeiras do Sul, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina, Foz do Iguaçu, Londrina, Fazenda Rio Grande, Piraquara e São José dos Pinhais. Por meio de vocês, cumprimentar todas as demais unidades. Dizer que os nossos agentes de segurança socioeducativo e os servidores do Sistema Socioeducativo estão em 28 unidades,

em 16 cidades aqui no Estado do Paraná. A função deles é ressocializar adolescentes de 13 a 21 anos, que cumprem medida judicial. Em resumo, a profissão deles é lidar com bandidos, vagabundos e criminosos, adolescentes que cometem homicídio, são latrocidias, estupradores. Agora, tenho a informação de que esses brilhantes profissionais estão lidando também com faccionados dentro do sistema. Os agentes de segurança socioeducativos desenvolvem uma importante atividade dentro dos Centros de Socioeducação, com os adolescentes infratores. Estão sempre alerta com a segurança, inibindo rebeliões e o cometimento de outras infrações, expondo a risco a sua integridade física e a sua própria vida em prol da sociedade. Por isso, particularmente, defendo que os agentes de segurança socioeducativos precisariam estar vinculados à Secretaria da Segurança Pública aqui do Estado do Paraná, porque são profissionais de segurança pública, aqui no nosso Estado. Enquanto Deputado Estadual, com a Assembleia Legislativa e demais Deputados, no dia 15 de dezembro foi um dia histórico para a categoria, porque apresentei uma emenda ao Projeto de Lei n.º 747, de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos da Polícia Civil, Polícia Científica e Polícia Militar e assim aos agentes de segurança socioeducativos, que estão vinculados à Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, que também foram incluídos e recebem o benefício. O Sistema de Segurança Socioeducativo é composto por diretores de unidades, vice-diretor, psicólogos, pedagogos, assistente social, motoristas, técnicos de enfermagem, dentistas e médicos. Dizer para vocês que temos conhecimento de todas as demandas e com muita seriedade e responsabilidade estamos trabalhando dentro do Governo do Estado. Aqui, quero fazer um agradecimento ao Governador Ratinho Junior, ao Secretário Chefe da Casa Civil, João Carlos Ortega, ao Doutor Luciano que é o Diretor-Geral, por estarem atentos às demandas de vocês, estarem sensíveis e preparados para poder trabalhar com essas demandas, dentro do Governo do Estado. Demandas que vocês têm há muito tempo e que agora, em questão de meses, a nossa Casa Civil tem se sensibilizado para poder trabalhar as pautas de vocês. Finalizo destacando aqui e deixando os nossos sentimentos aos agentes de segurança socioeducativos que já não se encontram aqui entre nós, que é o

Valadão, o Danilo Novakoski, o Antonio Freire e o Valdir Coli. Dizer o meu muito obrigado pelos serviços prestados, que vocês com muita seriedade e responsabilidade... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Adriano, Vossa Excelência tem um minuto para concluir, sem problema.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Agradecer pelos brilhantes trabalhos prestados defendendo a sociedade paranaense, fazendo muito mais do que aquilo que são pagos para fazer. Que Deus dê muita saúde e muita paz. Estaremos sempre juntos para que possamos avançar nas pautas de vocês. Agradecer aos nossos Deputados e Deputadas que são sensíveis às causas dos nossos agentes de segurança socioeducativos. Muito obrigado, a todos vocês. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender também por uns instantes a Sessão, para fazer a entrega da Menção Honrosa.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Próximo orador inscrito, pelo PROS, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; Michele Caputo; Luciana Rafagnin; Homero Marchese; e Galo.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, convidados, amigos que nos acompanham por meio das redes sociais da *TV Assembleia*, uma boa tarde a todos. Senhor Presidente, trago notícias dos nossos guerreiros que foram feridos na questão de Guarapuava. O Cabo Bonatto, se Deus quiser terá alta agora à tarde, o Cabo Ricieri passou por uma cirurgia ontem à noite, estava bem, mas parece que teve uma complicação e será transportado para Curitiba. Então, pedimos orações ao Cabo Ricieri nessa situação aí. De maneira bem breve também, Sr. Presidente, queria pedir aqui uma

atenção dos meus colegas, Deputados e Deputadas. Hoje houve uma manifestação pacífica, ordeira, tranquila, dos nossos heróis e heroínas, por assim dizer, assim que eram chamados na época da pandemia, hoje fizeram uma manifestação pedindo valorização, Sr. Presidente, valorização do seu trabalho, as nossas enfermeiras, enfermeiros, que muitos perderam a vida, perderam familiares e hoje pedem simplesmente uma atenção desse Governo que aí está, sentar na mesa para conversar. É muito fácil colocar no *Instagram*: heróis, heroínas. Muito fácil, mas precisamos realmente de valorização, de atenção a esses guerreiros que doaram a vida em prol da sociedade paranaense na época da pandemia. Então, hoje fizeram uma manifestação, tive o compromisso de vir aqui expor e peço a atenção dos meus colegas para dar uma atenção a eles, que é o que eles precisam, a data-base, a tão pedida data-base de todos os servidores públicos, que o Governo foi eleito aí para honrar isso aí e nada fez. Também, Sr. Presidente, foi dia da policial feminina, um projeto que sou coautor, trabalhei muito tempo, trabalhei 17 anos na Polícia Militar, trabalhei com policiais femininas e sei o real valor dessas guerreiras, que brigaram e ocuparam o seu espaço dentro da sociedade brasileira, dentro da sociedade paranaense, dentro dos órgãos públicos do Estado do Paraná. Tenho muito orgulho de falar que uma das minhas melhores parceiras na luta contra a bandidagem foi uma policial feminina, tenho maior orgulho de dizer isso aí. E 45 anos teve o primeiro grupo de policiais femininas, mas somente hoje foi homenageada de fato nesta Casa de Leis a policial feminina. Então, fico muito orgulhoso de fazer parte dessa história. Temos os nossos bravos guerreiros aqui também, agente socioeducativo, vulgo “babá de jaguará”. Pode tirar da taquigrafia aí “jaguara”, Sr. Presidente. Mas são “babás” dessa molecada aí. Muitas vezes humilhados perante essa molecada, que é protegida pelo tal do ECA, que veio, com todo o respeito, só veio para atrapalhar mesmo, e estão aí pedindo também a atenção do Governo do Estado, todas as categorias, todas não, mas a maioria das categorias foram contempladas com vale-alimentação, por que ficaram de fora? Qual a diferença? O serviço desses guerreiros aqui é pior ainda, que lida com menores, e menores são blindados na questão da justiça. Então, se olhar torto, sofre um problema, trauma ali se olhar

torto para o moleque, trauma mesmo, tem trauma psicológico se um socioeducativo desses olhar torto para um moleque desses. Já participei de muitas rebeliões envolvendo essa molecada, sei o que esses guerreiros aqui passam e estão aqui hoje reivindicando direitos, direitos e valorização. Então, Sr. Presidente, esta Casa de Leis é a Casa do povo. Hoje temos alunos, temos as nossas bravas guerreiras da saúde, SindSaúde, reivindicando os seus direitos aqui, muito justo, querem atenção, temos os nossos guerreiros aqui, os agentes socioeducativos na Casa de Leis. E esta Casa de Leis tem que ser para o povo. Nós, parlamentares, trabalhamos para eles, então, vamos fazer por onde, vamos dar valor a esses guerreiros. E Governador do Estado do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir, um minuto.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): É isso aí. E peço a atenção ao Governador do Estado do Paraná, porque palavra de homem não pode fazer curva, Governador, valorize aqueles que você disse que iria valorizar em campanha política e que estão aqui hoje e merecem respeito e atenção do senhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas, Deputados, todos que acompanham esta Sessão, de forma muito especial o pessoal do colégio, os agentes socioeducativos e os servidores da saúde, do qual tenho orgulho enorme de fazer parte há 37 anos desse quadro da Sesa. Quero aqui falar primeiro sobre as reivindicações do povo da saúde. Tem muitos setores do serviço público, da iniciativa privada, que sofreram com a pandemia, do ponto de vista sanitário, social, econômico, mas ninguém se expôs mais, até porque faz parte da missão, como os nossos trabalhadores e trabalhadoras da saúde. Vejo muito pouco reconhecimento com relação aos

trabalhadores da saúde. Vejo muito gestor pegando carona na exposição que tiveram, quando na verdade quem de forma anônima morreu, sequelou e salvou vidas foram os trabalhadores e trabalhadoras da saúde do Paraná e do Brasil, de forma especial do nosso querido SUS. Então, contem comigo, ainda não recebi todas as manifestações, mas agora há pouco me falaram que é basicamente a questão da data-base, tem outras situações de progressão e promoção, vamos discutir, tem esse nosso compromisso de discutir aqui na Comissão de Saúde desta Casa, da qual sou Vice-Presidente. Procurem-nos, temos muito mais consensos do que diferenças. Quero aqui também falar novamente, tenho dito isso há muito tempo, mais uma vez os profissionais, os agentes de execução, agentes profissionais do sistema penitenciário sofreram mais uma discriminação, desta vez 29 servidores que atuavam no Depen, com a simples mudança do prédio, deixaram de receber a Gadi. Isso se soma a uma série de outras situações, como, por exemplo, quando foi constituído o órgão da polícia penal e esses profissionais, mais de 500 – médicos, enfermeiros, TI, pessoal da logística, pessoal da farmácia –, todo esse pessoal ficou de fora do órgão da Polícia Penal. Aí ficou de fora, houve uma tentativa de ficar de fora também do auxílio-alimentação e agora 29 deles perderam a gratificação intramuros por um simples movimento de mudança da sede do Depen. Isso não pode acontecer. É um desrespeito muito grande com essa gama enorme de profissionais. E para acabar essa minha posição de hoje, liguei agora há pouco para o Arcebispo Dom Peruzzo, hoje é aniversário do Arcebispo, dei a ele os parabéns. Tive uma relação muito profícua quando fizemos a parceria com a Pastoral da Pessoa Idosa. E também conversei com o Presidente Traiano, conversei com o Líder Micheletto, com quem tenho uma relação bastante republicana e saudável, que está na hora de aqui trazermos de volta, Luciana, o nosso Projeto n.º 21/19, que é a transparência na fila do SUS. O povo brasileiro, o povo do Paraná precisa saber como essa fila está andando. Precisa saber em que lugar ele está na fila. Isso é um direito. É um aplicativo muito simples de ser feito. Já foi aprovado aqui na CCJ, foi aprovado na Comissão de Saúde, foi aprovado em 1.ª discussão aqui no Plenário. Isso precisa rapidamente voltar e conto, Líder Micheletto, com seu

empenho nisso, porque eu e a Luciana estamos com esse Projeto há três anos. Um Projeto que passou muito facilmente por onde andou. E depois foi pedida uma diligência e não sabemos por que. E também quero cobrar, Micheletto, uma situação que envolve 1.920 farmácias no Paraná, que é aquela cobrança absurda do ICMS substituição tributária, que aqui chegamos a um acordo em dezembro do ano passado, Micheletto, você ainda não estava aqui, e esse acordo, quando vai para o Governo, a Secretaria da Fazenda veta uma série de itens, mudando, radicalmente, a característica desse Projeto, dessa lei, que ela foi aprovada aqui. Então, gostaria, o veto veio aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, um minuto para concluir, por favor.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): ... concluindo, Mensagem n.º 2 /2022. Precisamos discutir esses vetos, se serão mantidos ou se a Assembleia vai derrubar os vetos. Agora, o que não pode são 1.920 farmácias do Paraná pagarem essa conta, muitas delas com o dinheiro que elas não têm. Muito obrigado. Boa tarde. E viva o SUS no Brasil e seus trabalhadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência tem o prazer de anunciar a presença na Casa do Vereador de Curitiba, Herivelto, por solicitação do Deputado Douglas Fabrício, a quem também nos associamos. Seja bem-vindo à nossa Casa, Herivelto. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar aqui todos que acompanham esta Sessão pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*, de maneira especial o SindSaúde, todos os servidores do nosso Estado do Paraná. Parabenizar pela luta e dizer que estamos aqui somando com vocês na defesa e solicitando que realmente o Governador olhe com muito carinho, porque vocês, realmente, merecem serem olhados com muito carinho. Como disse aqui o Deputado Michele Caputo, vocês estiveram e ainda estão na linha de frente no enfrentamento à Covid-19. E sabemos que estão há um bom tempo, ou seja, há anos tentando, pelo menos, ser ouvidos. Sabemos

da luta do SindSaúde tentando uma audiência com o Secretário da Saúde do Estado do Paraná. Então, o Governo precisa ser de diálogo. O Governo precisa ouvir os servidores da saúde do nosso Estado do Paraná. Então, fica aqui o nosso pedido ao Líder Marcel, para que faça essa solicitação junto ao Secretário da Saúde do Estado, junto ao Governador do Estado do Paraná, para que, realmente, receba e reconheça todo esse trabalho prestado pelos nossos servidores da saúde do Estado do Paraná. Quero também aqui parabenizar, mais uma vez, a Deputada Cristina pelo Projeto e, por meio desse Projeto, parabenizar todas as policiais femininas do nosso Estado, todas as mulheres policiais do nosso Estado pelo dia de hoje. Sabemos que as policiais, ou seja, as mulheres na polícia ainda também enfrentam muita discriminação, ainda enfrentam muito preconceito e enfrentam a violência. Então, fica aqui o nosso reconhecimento a todas essas mulheres que enfrentam tudo isso e estão no seu trabalho dando o melhor de si pela segurança do nosso Estado do Paraná. Hoje é um dia também importante, um dia que lembramos aqui do *Dia do Índio*. Quando lembramos e quando falamos aqui do índio, vamos lembrar que esse é um dia marcado pela resistência da luta por direitos, da luta pelo preconceito e discriminação que sofrem os povos indígenas. A luta também pelo retrocesso da demarcação das terras indígenas. É importante lembrar aqui que na história do nosso País, contada de 1500 para cá, tínhamos, na época de 1500, cerca de 3 a 5 milhões de povos indígenas. Hoje, segundo a Funai, temos cerca de 503 mil indígenas vivendo nas aldeias. É bom lembrarmos aqui da luta desses povos. E a eles o nosso reconhecimento, porque foram os primeiros povos a estarem aqui no nosso Brasil, aqui no nosso País. A eles todo o nosso reconhecimento, nossa gratidão e nosso respeito. Senhor Presidente, quero também aproveitar este espaço, que é bastante curto, dizer da minha tristeza porque, infelizmente, estamos vivendo no nosso Estado do Paraná e, de maneira especial, na região sudoeste do Paraná, que é a questão da violência que ocorre contra a mulher. Sabemos que a violência que ocorre contra a mulher é grande em todo o nosso Estado, em todo o nosso País, mas aqui quero falar do que está acontecendo no sudoeste do Paraná. No mês de março, tivemos três mulheres assassinadas no município de Francisco Beltrão. Três

feminicídio que ocorreram no meu município, no município de Francisco Beltrão. E também agora nesse final de semana, no domingo, tivemos uma mulher assassinada no município de Renascença e duas mulheres que foram, no amanhecer do dia de ontem, quando então chegavam à rodoviária, mãe e filha, que estavam na rodoviária de Palmas, a mãe chegando de viagem de Curitiba, a filha que foi buscar a mãe na rodoviária de Palmas e elas foram assassinadas. E a suspeita é o ex-marido que matou a ex-mulher e a sua enteada, ou seja, a mãe e filha sendo assassinadas. Mais um feminicídio. Só nesse final de semana mais três mulheres assassinadas. É muito difícil viver com essa cultura do ódio. É muito difícil vermos que essa cultura está perpetuando e vendo que muitas são as mulheres que estão perdendo a sua vida... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, precisamos mudar essa cultura do ódio, essa cultura da posse, essa cultura machista. Precisamos, sim, fazer com que, de maneira especial, a educação trabalhe ainda mais e que todos possamos trabalhar uma nova educação onde haja respeito às mulheres, onde haja respeito ao direito à vida das mulheres. É isso que estamos pedindo. Pedindo pela vida das mulheres. E precisamos aprovar projetos, são inúmeros projetos que tem nesta Casa, são ações que vão ao enfrentamento a essa violência que ocorre contra a mulher. Precisamos, sim, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, unir-nos para poder salvar a vida de mulheres. Infelizmente é muito triste vermos ou continuarmos assistindo a isso que estamos vendo no nosso Estado do Paraná. E falo, é muito triste para mim, no sudoeste do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputada, por favor.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): ... só nesse início do ano, só no mês de março e abril já tivemos a morte de seis mulheres.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Há algumas pessoas envolvidas na *Operação Lava Jato* que não são muito bem quistas por políticos de esquerda ou de direita. O combate à corrupção não é muito popular entre essas pessoas, mas somos paranaenses e nos orgulhamos do que foi feito aqui neste Estado durante vários anos em que houve, se não a eliminação, mas, certamente, o enfraquecimento da sensação de impunidade que existia no Brasil de que gente poderosa, muito rica não ia para a cadeia, não pagava pelo que fazia. Mas é claro que o sistema, o sistema formado por pessoas muito poderosas política e economicamente, reorganiza-se e reage. E a decisão da 2.^a Câmara do Tribunal de Contas da União semana passada contra Procuradores da *Lava Jato*, em especial o Procurador Deltan Dallagnol, é uma reação do sistema com todos os sintomas de uma vingança contra Deltan Dallagnol. A quem não conhecendo a composição do Tribunal de Contas da União e dos tribunais de contas Brasil afora, possa entender que se trata de uma decisão técnica que foi tomada semana passada, mas quem conhece aqueles que tomaram essa decisão pode chegar à outra conclusão. Curiosamente os quatro ministros da 2.^a Câmara do TCU foram ou estão sendo investigados em operações decorrentes da *Lava Jato*. O Ministro Augusto Nardes, por exemplo, teve inclusive equipes da polícia federal cumprindo mandado de busca e apreensão em sua casa – já que foi citado na delação premiada de Luiz Carlos Velozo, Ex-Subsecretário de Transportes do Rio de Janeiro. O Velozo disse que o Ministro do TCU, Augusto Nardes, tinha despesas pessoais pagas por uma corretora que ia receber recursos de empreiteiras como a OAS. O também Ministro Aroldo Cedraz apareceu na delação do Ex-Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. De acordo com o Sérgio Cabral, ele teria procurado o filho do Ministro, o Advogado Tiago Cedraz, para facilitar o retorno do empresário Orlando Dias à Presidência do Sistema Fecomércio do Rio de Janeiro e com isso conseguindo uma série de decisões que o mantiveram no cargo. O filho do Ministro Aroldo Cedraz, o Tiago, também chegou a ser alvo de busca e

apreensão na *Lava Jato*. Outro Ministro do TCU que está agora buscando responsabilizar procuradores da *Lava Jato* é o Antônio Anastasia, Ex-Senador e Ex-Governador de Minas Gerais, que, segundo os delatores Sérgio Luiz Neves e Benedito Barbosa, da Odebrecht, teria recebido R\$ 5 milhões em vantagens indevidas para sua campanha ao governo de Minas em 2010. E, por fim, o relator, o Ministro Bruno Dantas, é uma espécie de afilhado político do Senador Renan Calheiros, que responde a pelo menos oito inquéritos decorrentes da *Operação Lava Jato*. Renan Calheiros é um velho conhecido dos brasileiros. E um bônus, o Ministro do TCU, que embora não integrando a 2.^a Câmara, também está envolvido na *Operação Lava Jato* de alguma forma, Ministro Vital do Rego, que é Ministro do TCU desde 2015 e foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro pela *Operação Lava Jato*, por recebimento de propina enquanto era Senador e Presidente da CPMI da Petrobrás. Vejam os senhores como é importante que elejamos aos tribunais de contas pessoas capazes, em primeiro lugar, mas honestas também. E essa Assembleia vai ter oportunidade nos próximos anos de eleger conselheiros do nosso Tribunal de Contas, que é o Tribunal de Contas do Estado. Esperamos que esses critérios sejam levados em conta neste momento. A nossa solidariedade à *Operação Lava Jato*, aos seus procuradores que tanto honraram o País e agora se veem vítimas de um sistema que opera não só no Brasil, mas que opera em todo o País, em muitos estados do País. Pergunto-me se a criação que está sendo discutida, nesta Casa, de 120 cargos para a Assembleia Legislativa; 250 para o Ministério Público e 150 para o Tribunal de Justiça, não tem a ver com um possível compadrio que existe aqui, no Centro Cívico, em que se deixa de notar alguma coisa errada para que se obtenha o benefício almejado. E isso não vai acontecer aqui no Paraná. Posso garantir para os senhores: o sistema não vai vencer aqui no Paraná e esses projetos de lei espero que sejam analisados com bastante cuidado e bastante atenção para que não se deixe nada escondido, para que tudo que esteja acontecendo venha à tona e venha à luz, porque, afinal de contas, o sol sempre é o melhor desinfetante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, Mesa Diretora, Deputadas e Deputados e todos que se encontram aqui na Assembleia, em especial às nossas galerias pela reivindicação da saúde, um abraço a todos vocês. Podem ter certeza de que somos solidários a essa caminhada de todos vocês. Aproveito para enviar meu abraço ao movimento lá em Paranaguá, que está parado em frente ao Hospital Regional de Paranaguá. (Aplausos.) Paranaguá sabe que aqui tem um representante, sou aliado ao Governo, mas não sou alienado, né, Marcel Micheletto! Aliás, hoje é aniversário do Governador Ratinho. Já mandei meus cumprimentos. Mais uma vez, Ex.^{mo} Sr. Governador, que Deus lhe dê forças e saúde para *tocar o barco*. Senhoras e senhores, Amaro, Deputado Amaro está na Mesa Diretora, muito bem. Tecnologia é boa, né, Amaro: temos o PIX. Você está aí na sua tecnologia agora você fala com o mundo, não é? Tecnologia! E tecnologia é boa até para nos ferrar e quem está nos ferrando? A Prefeitura Municipal de Curitiba. *Eita* prefeitura ruim de serviço essa Prefeitura de Curitiba. Meu Deus do céu! Senão vejamos. Já tivemos aquele drama do Trevo do Atuba que tivemos que ameaçar aqui, o Goura estava comigo, eu com o Goura, sobre a CPI. Aí deram um jeito, deram uma consertada depois, *putz*, foi embora outra vez. Mas agora, Deputado Lemos, estamos sendo invadidos, a nossa cidade está sendo invadida, mas não é alienígenas não, porque vocês sabem que Curitiba é linda. Está sendo invadida por mais 200 radares, os tais dos radares. *Mas, Curitiba, são radares inteligentes*. Pois é, Prefeitura de Curitiba, 200 novos radares. Sabem para quê? O tal do chamado esperto, o que que é esperto? Esperto é aquele que tenta de toda forma levar vantagem, “não é meu irmão”, levar vantagem. O radar que você normalmente de repente você tem uma distraída, você passa a 62, leva a tal da mercadoria da multa. Aí você tem direito a recorrer que você tem 10%, você faz a conta: passei a 62 não vai dar multa, porque 10%, é 66, estou dentro. Vai para o tal do Jari, o Jari lá que é um cabide desgraçado de emprego lá no Detran, o que acontece? Você leva sempre ferro. Você nunca ganha dentro do Jari, “Jairo Jari”, que, aliás, devia ser tocado por

meio de técnicos. Jari tem que ter técnico e não um “cabidão”. Mas, Prefeitura de Curitiba, vocês estão botando 200 novos radares espertos aqui para quê? Se você passar, porque a Lei diz: você tem que dirigir com as duas mãos no volante. Pô, ninguém dirige, ninguém dirige com duas mãos no volante. Mas, é lei, ok! Agora se você fizer qualquer movimento como o Amaro que tem cabelo bonito, vai ajeitar o cabelo, será multado se o radar pegar você movimentando a mão, levantando até à orelha. O radar vai dizer que você, Deputado Amaro, estava no telefone; se por acaso você pegar a caixa dos seus óculos e quiser pegar em cima, e fizer este movimento, está multado. E a desgraça do radar que é um caça níquel, Deputado Fruet, você conhece essa história: você é policial premiado, você foi meu herói no Programa Tribuna da Massa, te respeito, gosto de você. Então, Prefeitura, vocês levaram para dentro dos nossos bairros o tal do estacionamento regulamentado para ferrar comerciante. Ninguém mais pode parar em mercearia nenhuma que tem que regulamentar, a desgraça do Wi-Fi nunca pega! E aí você é ferrado. Prefeitura de Curitiba, repudio esses novos 200 radares chamados de radares espertos que vai de 40 a 70 por hora. Pois é, Deputado Guerrinha, V.Ex.^a, advogado. Então, Prefeitura de Curitiba, vocês nunca explicaram a caixa-preta, nunca explicaram, Goura, a caixa-preta da Prefeitura sobre a arrecadação das multas e ninguém fala sobre isso. Ninguém! Sai prefeito, entra prefeito, e vem prefeito e *Viva Curitiba* e ferro na gente. Radar inteligente é para multar, ninguém vai escapar do radar inteligente, não. Não adianta não, Luizinho, nem você escapa, nem você escapa. Nosso campeão de audiência, aí, nosso Deputado Luizinho, da Rádio Banda B. Então, senhoras e senhores, vou esperar aqui o meu querido Turini, o Turini vai dizer: mais um minuto, Galo. Vou aguardar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Concluindo, meu nobre Doutor Turini. É uma pena que se formos para os bairros de Curitiba, a situação é tão difícil nas UPAs, a questão de médicos. Temos a saúde aqui. A saúde neste País é a pior possível no que diz respeito aos funcionários, aos colaboradores. Não se paga o que eles merecem.

Não dão para eles o que eles necessitam. E vão para a luta, meu povo! Podem ter certeza de que vocês têm aliados. Estamos juntos nessa aí! Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença do Vereador da Fazenda Rio Grande, Sr. Marco Antônio dos Santos Travessolo, por solicitação do Deputado Luiz Carlos Martins. Seja sempre bem-vindo! Horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento a nossa população que está acompanhando pelas redes sociais, e quero fazer um cumprimento especial a quem nos honra com suas presenças aqui na Assembleia. Estão aqui servidores e servidoras da saúde, representando a saúde, representando também os servidores e as servidoras do Estado do Paraná, tanto os da ativa quanto os aposentados. É com satisfação que recebemos vocês nesta tarde, nesta Sessão. Quero cumprimentar o trabalho bonito que fazem os nossos servidores e servidoras durante a sua vida laborativa, e depois que se aposentavam não ficam na inatividade, Deputado Turini, continuam trabalhando, atuando na defesa do nosso povo, participando de conselhos, de associações, de diferentes tarefas, dando a sua contribuição para o desenvolvimento do nosso Estado. Aposentados, sim, inativos nunca. Então, quero cumprimentar os nossos aposentados e as nossas aposentadas. No caso da Polícia Militar, os da reserva, aqueles que estão na reserva remunerada, inclusive acampados aqui em frente à Assembleia. E acampados pela terceira vez em menos de um ano e fazendo uma luta justa, inclusive foram lá em Guarapuava socorrer a população nesse momento de ataque, naquela noite fatídica, em Guarapuava, quando bandidos tomaram conta da cidade. Os policiais da reserva não tinham obrigação, mas se sentiram no dever e saíram às ruas e foram socorrer a população, inclusive proteger os demais policiais que estavam sendo alvos de bandidos. Então, os nossos

trabalhadores e as nossas trabalhadoras do serviço público, no nosso Estado, tanto os da ativa quanto os aposentados, e no caso da polícia os da reserva, fazem um trabalho muito bonito durante toda a sua vida, contribuindo para o Estado, contribuindo para a previdência e, depois que se aposentam, continuam também defendendo o nosso povo, defendendo o nosso Estado. Por isso, não podem ser tratados pelo Governo do Estado como inimigos do Estado, porque não são inimigos do Estado. Os Governos passam, os servidores continuam dando a sua contribuição ao povo do Paraná. E o SindSaúde hoje vem a esta Casa trazendo uma pauta que é uma pauta antiga, que é o respeito à carreira, que é a valorização do servidor, que é a implementação da data-base, que é o pagamento da inflação para manter o poder de compra dos servidores. Inflação esta que já passa de 30%. Aliás, passa de 35%. Uma perda brutal nos salários. Só no mês de fevereiro, Deputado Tadeu Veneri, a inflação foi mais de 3%. Então, aqueles 3% em janeiro já foram engolidos pela inflação de fevereiro. Então, portanto, a inflação está acima de 10%, nos últimos 12 meses. Devemos chegar à data-base, que é 1.º de maio, que é daqui uns dias, com uma perda de mais de 35% no salário dos servidores do Estado do Paraná. Portanto, assiste razão aos servidores e ao SindSaúde que aqui comparece com essa reivindicação de reposição salarial, pelo menos a inflação. Também assiste razão quando solicitam pagamento correto das promoções e das progressões na carreira, a implementação dos quinquênios, dos anuênios. Por isso, quero aqui parabenizar, dizer que estamos aqui atentos e à disposição. Sou servidor público há mais de 36 anos no Estado do Paraná. Fui servidor público municipal em Capitão Leônidas Marques. Sou servidor público estadual há mais de 36 anos. Há quase 40 anos como servidor público. Então, é muito importante a valorização do servidor público. Teremos, no dia 29 de abril, um evento que reunirá servidores de todo o Estado do Paraná em Curitiba, virão até o Palácio, e devem ser recebidos pelo Governo rememorando, evidentemente, o 29 de abril de 2015, mas trazendo também uma pauta atualizada das reivindicações. Então, quero também já de antemão pedir, novamente, ao Deputado Marcel Micheletto, que é o Líder do Governo, que nos ajude neste agendamento, para que o Governo receba uma representação de todos os

servidores, no dia 29 de abril, pela manhã, aqui em Curitiba, para dar vazão a essas demandas que são muito importantes. Quero também, Sr. Presidente, falar aqui da importância de atender às demandas da população indígena do Estado do Paraná. Temos vários territórios indígenas no Paraná. O território indígena Rio das Cobras, que fica sediado em Nova Laranjeiras, aquele território tem 10 aldeias, 10 aldeias, tem o maior número de população indígena do Estado do Paraná, mas a exemplo do território Rio das Cobras, temos vários territórios no Paraná, distribuídos em todas as regiões do Estado do Paraná. É do litoral aqui, de Paranaguá, a Foz do Iguaçu. Então, os povos indígenas do Paraná precisam ser respeitados e valorizados. E aí eles têm demandas importantes como, por exemplo, investimento na educação. As escolas nos territórios indígenas, a maioria das escolas é precária, precisam ser ampliadas e em alguns casos precisam ser construídas escolas novas. É preciso construir quadras de esporte cobertas. Tem várias escolas em territórios indígenas que nem quadra descoberta tem. O espaço para as refeições dos estudantes indígenas é no relento. Na maioria das escolas não tem cobertura e as crianças, os estudantes indígenas vão para as escolas, muitas vezes, com um chinelinho *Havaianas* ou de pé descalço. Professores e professoras têm reclamado à Secretaria de Estado da Educação para que faça um plano especial para as escolas indígenas do Paraná, porque as escolas indígenas do Paraná são todas estaduais. Não tem escola municipal aqui no Paraná em território indígena, são responsabilidade do Estado, desde a educação infantil até o ensino médio. E aí tem lugares em que nas salas não cabem os estudantes e aí não pode ter aulas ao mesmo tempo. Então, não tem aulas suficientes. Tem escolas que não têm água, é preciso a Prefeitura levar com caminhão pipa, e não leva água suficiente! Então, a educação indígena precisa de socorro no Paraná. É uma reivindicação. Também a agricultura, os nossos indígenas estão pedindo equipamentos agrícolas para fazer o manejo do solo, para plantar, para colher e não tem!

Deputado Goura (PDT): Deputado, o senhor me permite um aparte?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim, Deputado. Na sequência.

Deputado Goura (PDT): Por favor.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Também na área da saúde há precariedade. A saúde também tem que ser tarefa do Estado. Aí é deixado para o Governo Federal, mas eles são paranaenses, eles moram nos municípios do Paraná, são do nosso Estado, pagam impostos e precisam que o Estado preste o serviço também na área da saúde aos nossos indígenas. No esporte, na cultura! Então, hoje, dia 19 de abril, é o *Dia do Índio*. Desde 1943, por um decreto de Getúlio Vargas e por uma determinação do Congresso de 1940 no México que as lideranças indígenas do mundo todo tiraram essa data como um dia importante de reflexão, para que os nossos povos indígenas sejam respeitados, que a sua autonomia seja respeitada, que a sua cultura seja respeitada e que o seu território seja respeitado! E vários não têm nem território! Em Terra Roxa, por exemplo, recebi da professora... quem olha aquilo não sabe, aquilo não pode ser uma escola! E ainda teve um temporal na semana passada que destruiu as casas, os barracos e a escola também, muito precária, foi totalmente destruída. É preciso socorrer a população indígena no Estado do Paraná e no Brasil. Deputado Goura.

Deputado Goura (PDT): Deputado Professor Lemos, quero parabenizá-lo aqui por trazer neste dia simbólico a pauta da luta dos povos indígenas. Inclusive, a nomenclatura que se coloca até hoje em dia do *Dia do Índio* é contestada e há um Projeto em Brasília da Deputada Joênia Wapichana, única representante indígena no parlamento federal, que coloca a nova nomenclatura como *Dia dos Povos Indígenas*, para expressar essa diversidade que compõe os povos originários brasileiros. Queria brevemente, Deputado, só para fazer um registro também, aproveitando, Sr. Presidente, nesse final de semana, em Guaraqueçaba, o Presidente do TRE, Desembargador Wellington de Moura, estará presente pessoalmente em Guaraqueçaba, atendendo a um pedido nosso, do nosso mandato, para um mutirão de regularização do título eleitoral nas comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras de todo o Paraná. O Desembargador se fará presente, com a sua equipe, em Guaraqueçaba, município, Deputado Lemos, que tem comunidade indígena, comunidade quilombola e as comunidades caiçaras.

Então, uma ação muito importante, estamos falando de mais de 9.600 quilombolas paranaenses e mais de 31 mil cidadãos paranaenses indígenas. Então, é importante que eles tenham acesso ao exercício do direito eleitoral. Então, fazer este registro, aproveitando a gentileza do aparte aqui do Deputado Professor Lemos. E viva o Paraná indígena!

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Eu que agradeço, Deputado Goura, pela contribuição importante sua neste aparte à nossa fala. E cumprimentá-lo também pelo trabalho bonito e sério que V.Ex.^a faz aqui no nosso Estado na defesa dos povos nativos, daqueles que estavam aqui há mais de 10 mil anos no Estado do Paraná. Então, lembro-me de uma matéria importante da Gazeta do Povo de alguns anos atrás dizendo que há 10 mil anos temos registros da presença das diferentes nações indígenas no Paraná e manifestações inclusive em aterros, em pinturas, em esculturas, vários sítios arqueológicos aqui no Estado do Paraná mostrando a presença dos povos, das diferentes nações indígenas aqui. E muito bem dito por V.Ex.^a, precisamos mudar esse Decreto de 1943 para tratar como *Dia dos Povos Indígenas* no Estado do Paraná o 19 de abril, a exemplo do que é o dia 9 de agosto, que é o *Dia Internacional dos Povos Indígenas*, por decreto da ONU de 1995 para cá. Então, bem lembrado aí, temos um Projeto de Lei tramitando em Brasília para atualizar inclusive essa denominação, denominando corretamente o dia 19 de abril. Então, quero aqui para finalizar mais uma vez solicitar ao Governo do Paraná que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Para concluir, Deputado Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Solicitar ao Governo do Paraná e à Funai, que aqui representa o Governo Federal, que atendam às reivindicações, às demandas de todas as áreas indígenas do Estado do Paraná. Todas elas têm reivindicações, que são reivindicações justas e precisam ser atendidas. Então,

quero aqui parabenizar mais uma vez toda a população indígena do Estado do Paraná neste dia 19 de abril, *Dia dos Povos Indígenas do Brasil*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença nesta Casa do Prefeito de Chopinzinho, Sr. Neco Cenci, e do Vice, Daniel, por solicitação do Deputado Guerra. Obrigado pelas presenças. Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Marcio Pacheco (REP); Tadeu Veneri (PT); Marcel Micheletto (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados e todos que nos assistem. Um cumprimento especial aos servidores da saúde que estão aqui pleiteando por justiça. Parabéns a vocês. Continuem nessa luta. Todos os servidores deste Estado precisam ser de fato valorizados. Falando em saúde, sempre subo aqui para cobrar, inclusive para fazer críticas. mas também subo a esta tribuna para agradecer quando as coisas acontecem. E é isso que faço aqui hoje nesta tribuna. Hoje o Secretário da Saúde assinou o contrato, a repactuação, Deputado Arilson, do Hospital Bom Jesus, de Ponta Grossa, Hospital do Coração Bom Jesus, um hospital que há mais de 60 anos atende a toda a população dos Campos Gerais, que presta serviço à nossa população e que estaria inclusive com dificuldades caso esse contrato não fosse renovado. Mas hoje a Sesa, por meio de uma intermediação que fizemos a pedido da própria Diretoria do hospital, assinou então essa repactuação e garantiu, então, R\$ 1 milhão e 300 mil por mês em serviços de cardiologia, de neuroclínica, de cirurgias vasculares e também de cirurgia geral. Enquanto lá em Ponta Grossa alguns fecham portas, como o Pronto-Atendimento Infantil, como o Pronto-Socorro da Cidade, a Prefeita fechou as portas desses serviços de saúde, o Governo do Estado, por meio do Ex-Secretário Beto Preto, Deputado Marcel Micheletto, e do Governador Ratinho Junior, ao qual hoje quero agradecer aqui desta tribuna por terem mantido esse serviço que é de fato fundamental para Ponta Grossa e para a

região dos Campos Gerais. É um serviço que é realizado há muitos anos; o hospital estava com dificuldades, mas o Governo do Estado, em uma atitude sensível, faz a renovação do contrato. Ficamos um ano sem a repactuação, porque tivemos problemas com documentos, mas a Sesa, desde o primeiro momento em que o hospital esteve lá e fez a reivindicação da repactuação, entendeu. E aí, durante esse período, analisaram os documentos e hoje então foi assinada a repactuação. Quero dizer que estou muito feliz em ver essa atitude do Governo do Estado porque para mim saúde é fundamental, é primordial que trabalhemos por saúde, principalmente neste momento de pós-pandemia que estamos vivendo. E não poderíamos correr o risco de fechar as portas SUS desses atendimentos lá em Ponta Grossa. Temos outros hospitais que fazem atendimento SUS, como a Santa Casa de Misericórdia, como o nosso Hospital Regional que realmente atende a toda a população dos Campos Gerais. Mas não podíamos correr o risco de um hospital tão importante quanto o Bom Jesus, de prestar esses serviços com as portas abertas para o SUS. Então, meus parabéns, hoje, ao Ex-Secretário Beto Preto, ao Governador Ratinho Junior, por honrarem o compromisso com a saúde nessas áreas lá em Ponta Grossa. Era isso, Presidente. Meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Horário da Liderança. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda. Por favor, som para o orador.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não me boicotem, hein? Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Hoje é o dia que a grande maioria dos paranaenses está feliz, porque o nosso Projeto que proíbe passaporte sanitário, no Estado do Paraná, foi aprovado e sancionado pelo Governador hoje pela manhã. Então, a partir deste momento, a partir de hoje, aos ditadores esparramados pelo Estado do Paraná, hoje tem uma lei. Aviso aos senhores, inclusive, Promotores, que hoje tem uma lei no Paraná, que não é mais obrigatório comprovante de vacina. Vocês podem voltar ao trabalho normal de vocês, que é fiscalizar, investigar. Parem de cobrar a vacina, deixem a Ciência e os médicos

cuidarem disso. Todo mundo tem um médico para consultar. Dou o meu recado também para o Prefeito de Paraíso do Norte, o Vizzotto, amigo do Deputado Arilson, Prefeito do PT, que fez um decreto autoritário obrigando as crianças a vacinarem, cobrando o passaporte. Senhor Prefeito, o seu reinado acabou agora, o seu decreto não tem valor perante uma lei estadual. Espero que o senhor entenda isso. Sei que temos ouvido falar o Ex-Presidente Lula, ele quer um regime autoritário como na China, quer controlar veículo de comunicação, controlar pastor, igreja. Não. Vivemos em uma democracia no Brasil. Então, Prefeito Vizzotto, por favor, respeite a lei. O senhor já prejudicou a sua população quando deixou de fazer aquela contrapartida no hospital que tinha em Paraíso, um hospital de qualidade, de gente séria, que dava bom atendimento, conforto e segurança ao povo, de Paraíso do Norte. O senhor resolveu arrumar uma briga com o dono do hospital, porque ele não o apoiou politicamente. Ele está muito correto, porque apoiar um Prefeito do PT só podia dar nisso. Então, está aí, agora, hoje, a população tem que ir a Paranavaí para fazer tratamento, porque esse Prefeito arrumou uma briguinha particular dele. Em vez de pensar no coletivo, pensa nele e na votação dele. Lamento muito esse tipo de atitude. Encerrando por aqui o assunto do passaporte, que agora a página virou, Doutor Tercílio, já é lei aqui no Estado do Paraná, graças a Deus. Está cheio de gente de outros Estados pedindo que essa lei se estenda para o Brasil inteiro e espero que realmente aconteça isso. Tivemos o Ministro da Saúde já tirando o estado emergencial, que vivíamos na pandemia, isso já é importante. Acho que é o primeiro passo para acabar essa pandemia e virar uma endemia. Creio que daqui a uns 30 dias isso pode ocorrer e esperamos que ocorra realmente. Agora vou falar, gente, do Tribunal Superior Eleitoral, outro *puxadinho* do PT. O STF é o *puxadinho* do PT, o TSE da mesma maneira, porque são os mesmos que ali estão. Olha que barbaridade! Eles consideram, agora, os Ministros do TSE, crime a Petrobras diminuir o preço do combustível. Como? Aumentar pode? Diminuir não pode. Eles falam que é crime. Mesmo o dólar abaixando, o preço do petróleo abaixando, eles acham que no Brasil não pode abaixar o preço do combustível. Tem que manter alto porque senão vai prejudicar o candidato Lula, porque como abaixou o preço do

combustível? Olha a que ponto chegamos! Temos um Supremo e um TSE, Tribunal Superior Eleitoral, que são partidos políticos, que se intrometem até no preço do combustível. Aí, que se dane a população brasileira. Temos que defender é o candidato da esquerda. Que pouca vergonha! Será que esses *caras* têm coragem de olhar no espelho e não sentirem vergonha? Olha, vemos o nosso Senado acovardado, o Rodrigo Pacheco, um Senador que envergonhou o Brasil, que não toma uma atitude sequer para dar um freio no STF. Nada! Pedidos de *impeachment* é que não faltam com milhões de assinaturas. Ele põe na gaveta dizendo sabe o que, Deputado Plauto? Que ele não quer briga entre Poderes. É piada, gente? Não é piada. Ele falou isso. Isso é falta sabem do quê? De caráter e de vergonha na cara. Ele não honra e não respeita os votos que ele teve da população. Acreditamos até que ele era o melhor Presidente, seria no lugar do outro, do Alcolumbre, do Renan. Não, é o mesmo lixo, igual. Senador inútil, acovardado, que defende interesse próprio dele. Deve ter lá *rabo preso* com o STF e fica *pianinho*, como muitos outros que tem no Senado e mesmo no Congresso Nacional. É lamentável isso. Isso tem que ser mudado em nosso País. Da mesma forma, aqui, temos a liberdade de fazer o que é correto. Se acharmos que tem um erro, como eu que estou batendo de frente com alguns Promotores, que ficam obrigando pai vacinar filho, temos que ter liberdade de falar. Não estamos brigando com outro Poder. Não. Estamos brigando com uma atitude que é incorreta. Temos que defender o povo, o que está na Constituição Federal. Creio que essa bagunça feita pelo STF confundiu outros Poderes, que começam a se meter em áreas que não devem. No caso de Londrina, daquela criança que veio a óbito, tive uma informação que foram consultar o Secretário da Saúde do Município, qual a vacina que a criança tinha tomado. Disse ele que não sabia, Deputado Traiano. O Secretário da Saúde de Londrina não sabia qual vacina foi dada para a criança, para não falar o que era, que já sabíamos, a vacina que imaginávamos. Veio aquela nota do MP defendendo as Promotoras, que aqui coloquei culpa nelas, porque como elas obrigaram a vacinação e a criança veio a óbito, elas são culpadas por essa morte. Veio o MP dizer que não, que o MP está lá para aconselhar e orientar. Ora, aconselhar o quê? A normativa que eles

fizeram, está lá *obrigatoriedade*. O pior, Deputado Plauto, é isso aí, a pessoa se põe de valente, toma uma atitude totalmente errada e na hora que a *corda estoura*: *Ah, não era isso o que queria dizer*. Agora, Promotoras, tenham a coragem e vergonha na cara e assumam o que fizeram. O MP também tem que assumir que eles erraram. Já tinha conversado aqui quando fizemos uma comitiva, o MP com o Procurador-Geral. Falei isso, daqui a pouco vai ter um problema de Promotor exigir vacinação ou alguém vai vir a óbito e vai dar problema para o MP, e aconteceu. Infelizmente, aconteceu. Como já não era novidade para nós o corporativismo, fizeram uma notinha elegante dizendo que não, que eles querem aconselhar, orientar. Agora, por acaso, o Promotor é médico para aconselhar vacina ou não vacina? É óbvio que não é médico. Temos que ouvir a Ciência, ouvir os médicos. Cada um tem o seu médico, o seu pediatra. Agora, um pai, uma mãe, eles têm autonomia de escolher o que o filho vai tomar, porque não é uma vacina obrigatória, não tem lei que ampare essa vacina. Essa luta, creio que mesmo nós aprovando esse Projeto, aqui, que proíbe o passaporte, vão continuar tentando *meter o bedelho* nas famílias e exigindo vacinação. Estaremos atentos aqui nesta Casa para coibir esse tipo de atitude arbitrária. Acho que o papel nosso como Parlamentar é esse, é defender, sim, o que está na Constituição, tanto Federal, como Estadual, defender o que é correto, o que é justo. Tem chegado aqui alguns projetos que é de *arrepiar o cabelo*. Esse é um assunto para outro dia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pelo Republicano, Deputado Marcio Pacheco. Antes disso, anuncio a presença do Prefeito de Cândido de Abreu, Sr. Renan Romanichen; do Vice-Prefeito, Sr. Rodrigo de Souza, por solicitação do Deputado Artagão Junior; do Vereador de Mandirituba, Sr. Wilsinho Calaes, por solicitação do Deputado Francisco Bühner. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Venho nesta tarde para reforçar a importância deste dia de hoje, onde chegamos a esta tribuna para poder dizer que foi sancionada a lei, a Lei n.º

21.915, de 2022, que proíbe a exigência do passaporte sanitário em todo o território do Estado do Paraná. Depois que está *morta a lebre*, Sr. Presidente, às vezes as pessoas nem dão tanto valor depois que acontece a vitória de uma luta como essa que foi. Mas devemos, sim, comemorar, e muito, esse dia de hoje, porque sabemos o tamanho da luta que foi para chegarmos a este momento, Deputado Cobra Repórter. Lá atrás, no dia 5 de fevereiro, se não me falha a memória, Sr. Presidente, apresentamos um requerimento de pedido de tramitação em regime de urgência nesta Casa, e para aprová-lo foi um sacrifício, foram pouquíssimos votos que fizeram a diferença, havia um embate muito grande, havia uma dificuldade muito grande de se falar em proibir a exigência de passaporte sanitário. Portanto, hoje temos uma lei no Estado do Paraná, depois que tudo passou, parece que não é uma pauta já de importância como foi durante todo este momento. Mas quero nesta tarde chamar a atenção de todos que nos acompanham de casa para a importância que tivemos enquanto Poder Legislativo, um dos pouquíssimos do Brasil, a ter a coragem de emplacar essa luta e dizer: aqui no Estado do Paraná não aceitamos ditadura, não aceitamos obrigatoriedade, não aceitamos imposição, não somos contra a vacina, mas somos contra qualquer tipo de cerceamento de direitos fundamentais assegurados pela Constituição, somos contra o cerceamento da liberdade da população. E foi uma luta imensa, depois da aprovação do regime de urgência foram cinco Comissões, não foi como em outros projetos que às vezes aprova em uma, no máximo em duas Comissões e vem para o Plenário, foram cinco Comissões. E fomos lutando uma após outra e fomos vencendo, Deputado Homero Marchese, fomos aprovando na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos na Comissão de Saúde, questionamento no Tribunal de Justiça, conseguimos fazer com que o Desembargador Ramon reconsiderasse a sua posição, liberou a tramitação, votamos de novo na Comissão de Saúde, votamos na Comissão de Educação, Comissão de Fiscalização, Comissão de Indústria e Comércio, e mais quatro votações em Plenário, e hoje a sanção do Governador. E hoje quero aqui, além de agradecer, cumprimentar, parabenizar o nosso Governador que está de aniversário neste dia. Disse a ele pessoalmente que o aniversário é dele e o presente é nosso, da

população do Paraná, Deputado Alexandre Amaro, porque é uma lei muito importante, que além da importância que tem para dar segurança jurídica para a população, é um símbolo, é um recado para o País, o Paraná é um grande Estado que tem a sua força. Quando se aprova uma lei aqui, se desdobra para outros Estados também, os municípios veem o que estamos fazendo aqui. Então, quero agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano. Vossa Excelência, Deputado, foi fundamental na tramitação e deliberação desse Projeto. Quantos momentos que tínhamos dificuldade de avançar e V.Ex.^a nos ajudou na tramitação, no entendimento de pautar esse Projeto inclusive nos momentos em que não imaginávamos que iria acontecer. Então, quero agradecer a V.Ex.^a, quero agradecer a todos os Sr.^s Deputados que tiveram a coragem também, teve Deputado que foi muito pressionado pela sua base por não compreender o que estávamos defendendo, e depois que fomos debatendo, fomos falando: *Não somos contra a vacina, somos contra a imposição, não somos contra a vacina, somos contra a obrigatoriedade*. Os Deputados foram entendendo e chegaram ao momento de falar: *Não, vou votar a favor do Projeto*. Então, quero agradecer a todos que de alguma maneira tiveram a participação tão importante, Deputado Doutor Batista, Presidente da Comissão de Saúde, que foi um guerreiro, por duas vezes teve à frente também para fazer a votação acontecer, os outros relatores, os Deputados que assinam o Projeto como autores, os Deputados da CCJ, foram tantas pessoas tão importantes. Então, assim, estamos hoje para dizer: *Olha, a lei que proíbe a exigência do passaporte sanitário é uma realidade no Estado do Paraná, está sancionada pelo Governador*. Mas poderíamos estar aqui hoje lamentando se tivesse no contrário, se o Governador tivesse vetado o Projeto de Lei. Que tristeza que seria para nós, Deputado Marcel Micheletto. Eleve ao Governo, eleve ao Governador a nossa gratidão, porque às vezes quem recebe uma benesse, quem recebe algo que busca, depois não volta para agradecer, é bíblico isso. Quando Jesus estava indo e 10 leprosos vieram lhe pedir a cura, e ele pediu que os 10 fossem, e os 10 foram curados, apenas um voltou para agradecer. Então, a gratidão é um gesto nobre, mas esse ganhou o céu. Jesus disse: “Ides, tua fé te salvou”. Então, agradecer é algo que só nos faz bem. Então,

nesta tarde quero agradecer, sim, ao Governador, agradecer, sim, aos Sr.^s Deputados, agradecer a tantos que estão de casa nos assistindo e que foram também fundamentais na mobilização, que mandaram mensagens para os Sr.^s Deputados, que compartilharam os materiais, que sabiam da importância da aprovação desse Projeto. Hoje é um dia de reconhecimento e um dia de grande alegria para todos nós. Lutamos, e lutamos muito para chegar a este momento. Não foi algo fácil, então, quando chega ao resultado, às vezes não damos o valor que devemos, mas temos que dar o valor a tantas pessoas que foram muito importantes para chegarmos a este dia. Então, quero agradecer muito, dizer da minha alegria, da comemoração deste dia. Claro que fica o recado claro, gente, será que alguém pode não entender o que significa uma lei que proíbe a exigência de passaporte sanitário em todo o território do Estado do Paraná? Encaminhei um ofício para todas as universidades e para todos os câmpus de extensão das universidades, dizendo que o que eles estão fazendo, no nosso entendimento, juridicamente, é incorreto, é ilegal, e que às vezes a responsabilização por ato cometido com abuso de autoridade não vem na hora que é cometido, vem depois. E escrevi isso de maneira muito clara no ofício que encaminhei. Teve Reitor que não gostou, fiquei sabendo que o Reitor da Universidade Federal do Paraná andou fazendo contatos questionando por que eu tinha feito isso. Reitor, sou Deputado do Estado do Paraná e represento a população do Paraná, e Vossa Senhoria é um Reitor que deveria igualmente pensar com sensibilidade em todas as pessoas que estão sendo prejudicadas por esse ato que Vossa Senhoria vem fazendo e que não tem mais razão de ser. O Tribunal de Justiça que colocou a imposição do passaporte sanitário já retirou, porque entendeu que não existe razão, não assiste razão manter esse tipo de ação, de atitude, para prejudicar os acadêmicos, que é um direito Constitucional entrar na universidade. O que estão fazendo? Até os países, a Argentina aqui ao lado já retirou a necessidade de passaporte sanitário, só as universidades que acham que são deuses, só pode, porque não sei o que ainda têm na cabeça de continuar exigindo essa bobagem de passaporte sanitário, que não evita nada, não evita transmissão, não evita contágio. Que os senhores, pelo menos, tenham a hombridade e o respeito para

com a população e para com o Poder Legislativo do Estado do Paraná. As universidades, inclusive a Universidade Federal, não é uma Embaixada de outro País que está no Estado do Paraná e que pode continuar fazendo o que quer. Existe uma lei no Estado do Paraná que proíbe a exigência de passaporte sanitário e os senhores reitores devem respeitar essa lei, devem respeitar o que o Poder Legislativo está fazendo. O Ministério Público vai continuar, vai continuar pressionando os pais sem existir leis que amparem ações que eles estão fazendo, sem existir amparo técnico para as ações que eles estão fazendo. As notas técnicas do Ministério da Saúde, tanto a dois quanto a dez, dão a plena autonomia para os pais decidirem sobre concordar ou não concordar para a vacinação dos seus filhos, como é que o Ministério Público fica fazendo esse tipo de pressão, colocando inclusive essas situações que estão acontecendo, Deputado Delegado Fernando? Como o de Londrina, que essa criança morreu, e que agora fica toda essa discussão, todo esse questionamento de quem é a responsabilidade por essa morte. Será que mesmo existindo uma lei, os senhores que são os primeiros que devem defender o cumprimento de uma lei, vão continuar exigindo? Ou vão ter a hombridade de falar: *A partir de hoje, em respeito à legislação que foi aprovada no Estado do Paraná*, porque o Ministério Público do Paraná está dentro do Paraná. Parece redundante, parece idiota dizer isso, mas é verdade. Tem que entender que aqui no Estado do Paraná existe uma lei que abrange todo o território do Estado. Devem ter a hombridade e falar: *Olha, a partir de agora está...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, para concluir.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): ... igualmente a Sesa, que tem uma nota também que está dizendo que deve haver uma busca ativa. Sesa, Secretaria da Saúde, vamos respeitar a legislação que foi aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador, que proíbe a exigência de passaporte sanitário. Então, quero fazer esse apelo, agradecer ao Governador pela sanção da lei, agradecer a todos os Sr.^s Deputados que tiveram essa participação tão importante, a todos que

participaram do seu jeito, das suas casas, do seus aparelhos de telefone, nas mobilizações que foram feitas e pedir às universidades que chega disso. Chega de prejudicar a população. Pedir ao Ministério Público que chega disso. Chega de pressionar. Chega de ameaçar os pais. A Sesa que retire essa nota, que também prejudica. Enfim, hoje é dia de grande vitória, dia de comemorar e dia de agradecer. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero aqui também saudar os nossos visitantes. Aquelas que, depois de dois anos e meio, conseguem hoje voltar e, pela primeira vez, Sr. Presidente, tivemos as galerias não lotadas, mas as galerias cheias, o que é uma situação muito boa para a Assembleia e, certamente, uma situação que nós gostaríamos de ter vivenciado durante todo esse tempo, que não foi possível por conta da pandemia. Mas é preciso aqui fazer algumas referências, tanto aos profissionais da área dos Censes, do Socioeducação, que claro que precisam do auxílio alimentação, Deputado Galo, mas precisam também de um plano de cargos, carreiras e salários; precisam ser incluídos em igualdade de condições nas demais carreiras do Estado. E faço aqui sempre uma referência, estive no Cense de Londrina na última semana, faz duas semanas. Estive em vários Censes, aqui em Curitiba, em Campo Mourão, em Maringá, vários Censes que estamos sempre em contato. E o Cense é o Centro de Socioeducação. É a parte onde, muitas vezes, os adolescentes, em conflito com a lei, acabam tendo, como uma das poucas oportunidades de serem reinseridos na sociedade. É claro que alguns não entendem assim, mas entendo e vi o trabalho, e aqui cumprimento o trabalho dos professores, dos psicólogos, dos pedagogos, das assistentes sociais, de todas as pessoas, Deputado Pacheco, que lá, em Londrina, conseguem fazer um trabalho espetacular com jovens entre 12 e 18 anos, que podem ser apenados, inclusive, até os 21 anos, e pasmem os senhores, contrário ao que muitos pensam, eles têm aula de piano, por exemplo, um dos melhores professores de Portugal, que dá

aula virtual, porque acredita que é possível ressocializar. Para aqueles que acham que é apenas no tiro, na pancada que as coisas serão resolvidas, infelizmente, para eles não deveria nem existir Cense. Como falei uma vez aqui, talvez pensem que era melhor colocar no forno quando nasce. Mas, felizmente, a sociedade tem Estatuto da Criança e do Adolescente e a sociedade tem outra leitura sobre a relação que devemos ter com todos e com todas aquelas que estão no nosso País. Da mesma forma, sei que o Deputado Marcel vai receber depois o Sindicato da Saúde aqui, é muito bom ver novamente as companheiras e companheiros da Saúde aqui dentro. Nós que acompanhamos e, infelizmente, perdemos, mas que acompanhamos, durante anos, a luta pelas 30 horas da saúde, que perdemos aqui dentro duas vezes. Duas vezes aprovamos, duas vezes o Governador vetou, duas vezes perdemos por três votos para derrubarmos o veto, do Governador Requião, mas nós também que acompanhamos aqui o Governador Requião quando aprovou a GAS, e muitos aqui sabem o que a GAS significou para esses trabalhadores. Acompanhamos também a criação dos hospitais regionais. Sabemos o que significa uma luta permanente que, para alguns, talvez, acabe em algum tempo, mas para a maioria sabe que ela é necessária e que pode mudar o governo, como foi dito aqui, mas as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras permanecerão. Quero aqui, Sr. Presidente, antes de entrar no tema que pretendemos fazer a referência, porque, na verdade, é uma decisão tomada pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, mas também fazer, como disse o Deputado Lemos, como o Deputado Goura, fazer aqui uma... diferente do que ouvimos, Deputado Goura, dizer que o dia 19 de abril para nós também é um dia de conquistas. Por que é um dia de conquistas? Porque ontem um grupo de indígenas da Comunidade Caingangue conquistou o direito de demarcação de terras em Vitorino, no interior do Paraná. Eles estão há 13 anos acampados nas margens da rodovia PR-280 e agora serão realocados para uma área pública concedida pela prefeitura do município. É o primeiro passo para o processo de demarcação de uma área definitiva, conforme sentença da Justiça Federal. Essa situação só foi conseguida, só foi possível por conta da atuação, Deputado Goura, da Comissão de Direitos Humanos aqui desta Casa. Graças à Comissão de

Direitos Humanos e à intervenção, inclusive, da Dr.^a Taís, foi possível que tivéssemos, pelo Ministério Público, pelo Judiciário, a determinação que essas pessoas sejam definitivamente colocadas. Então, acredito que as coisas que são positivas devem ser olhadas de forma positiva. E, se um dia, talvez, tivermos todas essas áreas regularizadas, possamos vir aqui e não termos mais que pensar no dia 19 de abril como apenas dia da tragédia, o dia do genocídio dos povos originários. Concedo-lhe um aparte, Deputado, porque depois quero entrar no assunto que me traz aqui.

Deputado Goura (PDT): Estou pedindo aparte a V.Ex.^a e pedi ao Lemos também, mas na pauta indígena é muito importante essa vitória. Parabenizo a Comissão de Direitos Humanos e a sua presidência, Deputado Tadeu Veneri, e lembro aqui também, hoje mesmo, agora no Parque Histórico do Mate, município de Campo Largo, um espaço também do Governo do Estado que está desde 2011, se não me engano, abandonado, sem os devidos cuidados, há uma retomada de território por parte dos povos indígenas, Ministério Público, Assembleia, representantes da Assembleia e também do Tribunal de Justiça, estiveram lá hoje, na tarde de hoje, para averiguar essa situação e, quem sabe, termos mais ali mais um local também de respeito nessa dívida histórica que todos temos com os povos originários. Parabéns, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado Goura. Tivemos hoje, Sr. Presidente, três projetos do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e desta Casa analisados e todos eles com pedido de vista coletivo, aliás, foi dado vista coletiva a todos os Deputados da CCJ, porque todos tratam do mesmo assunto: criação de cargos em comissão. E tivemos na Bancada do Partido dos Trabalhadores, os cinco Deputados, tomamos uma decisão de votarmos contrário aos três projetos. E por que votarmos contrários aos três projetos? Não porque o momento é oportuno ou não é oportuno, mas porque durante esses 20 anos que estou aqui votamos centenas, talvez milhares de cargos em comissão, principalmente para o Poder Judiciário e Ministério Público. E parece que nunca tem fim. E aqui nesta Casa lembro que, desde o início, dissemos que era preciso,

e, aliás, o ex-Deputado Rossoni dizia quando fez uma retirada de uma série de funcionários aqui que teríamos um concurso público. Sei que é um tema delicado. Sei que não é um tema agradável, até porque, muitas vezes, é um tema que não se fala abertamente, mas temos que enfrentar esse tema e enfrentá-lo na medida do necessário. Será que é necessário que, em vez de concurso público, tenhamos cerca de 450, 500 cargos, 550 cargos em comissão, com valores que variam de R\$ 8 mil a 18 mil? Será que a escolha mais democrática que se faz para a função pública é por meio do Juiz, do Desembargador, do Promotor ou do Deputado que escolhe pessoas de sua preferência para ocuparem aqueles cargos, e não por meio de um processo que permite que o mais pobre, o mais rico, o negro, o branco, aquele que mora no interior do Estado ou que mora na capital, o que tem relações com o poder público ou que não tem nenhuma relação com o Poder Público possa acessar, se assim entender, que deve permitir obviamente a sua qualificação acessar a cargos que estejam colocados à sua disposição por meio de concurso? Acredito que a melhor forma é essa. Nós, Deputado Arilson, Deputado Lemos, na Bancada do PT, entendemos que é essa a forma. *Ah, mas não deveríamos falar sobre esse assunto, não deveria tocar...* Não, não se trata de ser contra ou a favor, este ou aquele, ou o Ministério Público, como, aliás, já me falaram; ou o Poder Judiciário ou a Assembleia Legislativa. Não! É por princípio. Temos cargos comissionados em todas estas instituições, não sei quantos, mas, se somarmos, certamente temos milhares, milhares de cargos comissionados no Ministério Público, no Tribunal de Justiça, na Assembleia Legislativa. Somando todos: Tribunal de Contas, no Governo do Estado, milhares de cargos comissionados. E volto a perguntar: qual a oportunidade que tem uma pessoa que não conheça ninguém desses Poderes e que queira vir trabalhar nesses Poderes de fazê-lo? Nenhuma. Nenhuma. Até porque algumas vezes aqui, em legislaturas anteriores, solicitamos que houvesse convênio, por exemplo, com o CIEE para que tivéssemos estagiários jovens, na Assembleia, como tem no Tribunal de Contas, como tem no Ministério Público, como tem no Poder Judiciário. Não foi possível. Não foi possível! Mas por não ser... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Mas por não ser possível naquele momento, perguntamo-nos, Deputado Homero: é possível agora? Não sei. Mas é preciso que tenhamos, é claro que alguns: *Ah, mas vocês não querem pegar o cargo, vocês querem impedir o cargo, isso é moralista.* Não! É por princípio, é por princípio, Deputado Marcel. É preciso que tenhamos mais 200 pessoas dentro do Ministério Público? Que nos digam onde. É preciso que tenha no Judiciário? Que nos digam onde. É preciso que tenha na Assembleia Legislativa? Que nos digam onde. É nos gabinete do Deputado Marcel? É na Comissão de Saúde? Onde? Se não for assim, não há como votar favorável. *Ah, mas a imprensa vai pegar no pé!* Não vai pegar no pé. Se a imprensa *pegar no pé* será por uma semana, duas semanas, três semanas, não sei se vai ou não. Mas não é por isso, é porque entendemos que não está correto, que a forma... Para concluir. A forma universal de acesso ao serviço público deve ser o concurso público. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Hoje venho a esta tribuna para me solidarizar, no início da minha fala, com o SindSaúde. Vejo aqui profissionais da área da saúde que têm ajudado muito principalmente na questão da pandemia, servidores de carreira que têm se colocado sempre à frente nesse sentido. Tivemos aqui uma conversa muito franca com o Líder da Oposição, que me telefonou hoje e agora há pouco aqui, no pleno, conversamos para que possamos, depois da Sessão, buscar os representantes do SindSaúde para dialogarmos, buscar entendimento, ouvir as demandas que temos no SindSaúde. Coloquei-me à disposição com o Deputado Líder da Oposição, Arilson, para que possamos chegar a um entendimento, ouvir as pautas, as demandas, porque acho que é legítimo dos nossos servidores buscarem os seus

direitos. E por isso que estaremos depois da Sessão ouvindo as demandas. Já vejo aqui algumas delas que foram encaminhadas, também fiz um telefonema para que o Secretário da Administração possa atender ao SindSaúde e acho que é legítimo e precisamos dialogar. Essa é a nossa função como Liderança, ouvir as demandas e buscar o entendimento para que possamos pacificar aquilo que é de direito dos nossos servidores que são aqueles que *carregam sempre o piano*, que carregam o Governo, e, principalmente, nesse momento que tivemos de pandemia, têm ajudado muito. Ontem tivemos aqui também várias falas na tribuna que me deixaram... fiz alguns pedidos para a assessoria... falas que foram muito ligadas à questão do movimento que tivemos lá e que ainda continua, em Guarapuava, e pedir para que fizessem uns levantamentos do que o Governo do Estado, do nosso Governo, vem fazendo em prol da Polícia Militar, da Polícia Civil. Ontem tivemos falas acaloradas, todos nós, algo que pegou nós todos aqui, inesperadamente, essa questão que tivemos em Guarapuava. Mas fui buscar informações e vejo que o nosso Governo tem feito um esforço muito grande para avançarmos na pauta dos nossos servidores na área da Polícia Militar, na área da segurança pública. Tivemos, aqui, com os números que me trouxeram, tivemos o último concurso da Polícia Militar foi em 2012 e agora estamos efetivando um concurso para mais 2 mil policiais. Há um esforço do Governo para que possamos buscar ainda mais policiais na rua, a nossa Polícia Militar que é a polícia que mais vem contribuindo, nos últimos anos, com resultados positivos. Tivemos o último concurso da Polícia Civil só em 2018 e temos um atual concurso buscando mais 400 novos policiais, 50 delegados, papiloscopistas mais 50, mais 300 investigadores. Tivemos anteriormente dificuldades e fiz aqui levantamentos, como falei ontem: faltava gasolina, tínhamos viaturas paradas, quando assumimos o Governo, de cada 100 viaturas, 40 estavam em manutenção. Fizemos também aqui, havia irregularidades, fraudes e quando assumi a Secretaria da Administração com relação a um contrato de manutenção das viaturas, contratos de mais de R\$ 150 milhões e por meio da nossa gestão, da eficiência que fizemos, estamos mudando esse parâmetro, estamos avançando em uma gestão com muito mais eficiência. Vamos buscar que a nossa frota, 90% da frota da área da

segurança pública serão renovadas; compra de novas pistolas. Fizemos ajuste também na implantação de auxílio alimentação, de escala de extrajornadas, revisão da tabela salarial. Finalizamos um processo de transferências de mais de 12 mil presos de delegacias para o sistema penitenciário, liberando policiais para o serviço de origem. Então, tivemos avanços importantes na área de segurança pública e precisava trazer neste momento, como disse ontem, que sempre esteve no radar do Governador da nossa gestão, a eficiência da segurança pública e avanços importantes que tivemos. E teremos, agora, para as próximas semanas também, a entrega de mais 98 viaturas para a Polícia Civil e Militar, mais de R\$ 19 milhões que o Governo do Estado está colocando para avançarmos na questão das nossas viaturas da polícia. Também estaremos agora nos trâmites finais da implantação do novo batalhão em Londrina, Tercílio, você que é daquela região e que Londrina, também, vai receber investimentos e mais um batalhão; vamos ter companhias independentes em Assis Chateaubriand, Cambé, Palmas. Então, há uma evolução, há uma contribuição significativa do Governo na área de segurança pública. E, com certeza, a Polícia Militar e a Civil do Paraná são as melhores do Brasil. Quero pontuar aqui algumas coisas que estamos recebendo e ouvindo, da tribuna, com relação aos incentivos fiscais, de mais de R\$ 17 bilhões. É fato isso, mas ao mesmo tempo recebemos por meio do ambiente seguro de negócios e graças aos incentivos fiscais, mais de R\$ 80 bilhões de empresas paranaenses e empresas de fora que vieram se instalar no Paraná e que estão gerando mais de 60 mil empregos diretos e indiretos, contribuindo para que o Paraná fosse o Estado que mais avançasse na questão de postos de trabalho, de carteira assinada. Somos o terceiro no Brasil e para vocês terem uma ideia o Paraná abriu mais vagas do que duas regiões inteiras do Brasil. O Nordeste inteiro conseguiu abrir 28 mil vagas e o Norte 12 mil vagas. Nós, só neste primeiro trimestre, mais de 28 mil e mais de 60 mil empregos indiretos e diretos o ano passado. Então, os incentivos são importantes, porque as empresas também vêm para o Estado do Paraná e empresas que já estão no Estado do Paraná se sentem seguras de continuar investindo. Gerando emprego e renda, estamos dignificando cada vez mais os nossos trabalhadores, gerando contribuições na economia, recursos por

meio do trabalho que os nossos incentivos estão dando, pela atitude do nosso Governo. E trouxe aqui também questões de investimentos, principalmente nas pessoas mais vulneráveis. Temos aqui o programa do *Paraná Solidário*, que congrega os programas de *Comida Boa*, *Energia Solidária*, *Água Solidária* e *Aluguel Social*. Estamos, agora, com *Comida Boa*, mais de 100 mil famílias estão recebendo R\$ 80,00 por mês, que estão em extrema pobreza. A questão da *Energia Solidária*. Tínhamos o antigo *Luz Fraterna* que mais de 146 mil pessoas recebiam incentivo e, agora, mais de 330 mil famílias estão recebendo esse incentivo. Então, mais do que dobrou no nosso Governo, no Governo Ratinho Junior, com esse incentivo, pela sensibilidade do nosso Governador. Na *Água Solidária* ampliamos o programa de 220 mil famílias para mais de 360 mil pessoas. Isso mostra que o Governador é um Governador sensível, principalmente às pessoas mais vulneráveis, mas, acima de tudo, também tendo um olhar para as obras estruturantes, as indústrias, para gerar emprego e cuidando das nossas empresas. Então, são esses os encaminhamentos que queria trazer, mostrando que o Paraná continua crescendo, avançando, tendo bons resultados. O Estado que gera milhares de empregos e dá sustentação às empresas que fazem do Paraná um Estado inovador e moderno. E quero aqui também anunciar a todos os nossos Deputados e Deputadas que o Governo do Estado está mandando uma Mensagem, e fico muito feliz, da vinda na Vice-Liderança do Deputado Tiago Amaral, que é um Deputado que conhece o Regimento, que tem contribuído muito com esta Casa, com o nosso Governo e vem nos apoiar na Vice-Liderança, com o Cobra como segundo Líder, para que possamos avançar nas pautas, ajudar o Estado do Paraná a crescer e continuar avançando em um Estado de gente que trabalha. Então, agradeço, mostrando mais uma vez que o nosso Governo tem avançado muito em todas as áreas, desde obras estruturantes, mas também com as pessoas mais vulneráveis do nosso Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Liderança da Oposição. Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercílio, nobres Deputados e Deputadas. Subo aqui hoje para falar de três temas e quero começar falando um pouquinho sobre o pedágio, mais uma vez. Na última quarta-feira, no dia 13/04, a Frente Parlamentar sobre o Pedágio reorganizou, ou melhor, reuniu seus Parlamentares para fazer a 20.^a Audiência da sua história. Um ano e oito meses à frente desse debate, esta Casa de Leis tomou o protagonismo, discutiu com a população, ouviu os setores, ouviu a sociedade. Quero agradecer aqui ao Presidente Traiano, ao Deputado Romanelli e a toda Mesa pela oportunidade de o povo participar desse processo. Também colocar a importância que foi a contratação do Instituto de Tecnologia de Transporte e Infraestrutura da Universidade Federal. Um órgão de auxílio, de cunho científico robusto, de muito preparo, produziu um segundo relatório entregue e publicizado, nesta quarta-feira passada, com 335 páginas, que indica muitas incongruências, muitas falhas e muitas coisas para serem discutidas sobre o pedágio, que o novo só tem o nome. Obras que serão realizadas em 87 cidades e foram ignoradas sem serem ouvidas essas mesmas cidades. Exemplos clássicos, como a cidade de Jandaia do Sul que será cortada ao meio, ou como a cidade de Paranaguá, onde a zona portuária vai receber uma obra em um pátio de combustíveis, onde existe inclusive um plano diretor próprio de zoneamento portuário que sequer foi consultado. Obras em cidades conurbadas, como é o caso de Araucária, obras em cidades que passam rodovias e que não foi discutido. Mais ainda: esse estudo do Instituto de Tecnologia, Transporte e Infraestrutura aponta que o pedágio continuará caro. O pedágio de São José dos Pinhais, por exemplo, que encerrou as atividades em 2021 ao preço colocado de 14,03, pode chegar a R\$ 17,33 no ano de 2023. Tudo porque o IPCA do ano de 2021 será de 10,6 e de 2022, 8%. Colocou também esse estudo que há uma tributação disfarçada chamada outorga ou aporte, que ambas encarecem a tarifa e deixam ter uma menor chance de desconto no leilão. Ainda relatou a questão do risco cambial, ou seja, da alavancagem cambial, onde as empresas podem pegar dinheiro de fora do País, aplicar na obra e caso, Dr. Tercílio, o dólar suba, esse valor é repassado à tarifa, mas caso o dólar abaixe, a tarifa não é abaixada, muito pelo contrário, é mantida. Coloca também que não

existe fundamentação técnica para o degrau tarifário de 40%. Diz que não encontrou a memória de cálculo onde se alcançou esse 40% e relata que o último pedágio da BR-153, em Goiânia, por exemplo, teve 28% de degrau tarifário, e esse ambiente, além de geograficamente parecido com o Estado do Paraná, parecido com o Estado do Paraná, tem um fluxo menor de veículos. Ou seja, as tarefas da Frente Parlamentar continuam. Precisamos vencer essa licitação superfaturada. Precisamos trabalhar, independentemente do nome dado, contra esse modelo de outorga. Temos que lutar pelo menor preço. Menor preço e puro, menor preço com a concorrência sem o aporte ou sem a outorga, talvez com caução de títulos públicos. Esse estudo apontou também a revisão das praças de pedágios e a não necessidade de 15 novas praças. Rever alguns pontos. Um estudo robusto, até porque se tinha um monte de discussão falando que o assunto era simplesmente político. Veio a Universidade Federal e desmitificou isso. E agora temos que encaminhar, fazer com que sejam avaliados os impactos dessas obras nos 87 municípios, nos seus planos diretores, fazer com que as obras não realizadas e as ações na Justiça não impactem novamente no preço da tarifa, uma recomendação inclusive do Ministério Público, que esteve presente na reunião. As demandas da região Noroeste, de Paranavaí a Nova Londrina, levantadas no debate. A isenção dos moradores de municípios limítrofes, ou seja, o caso da Lapa, Deputado Marcio Nunes, que tem um pedágio em um distrito e impede que sua população chegue, por exemplo, até a sede do município. Tem que rever isso. E a Frente Parlamentar tem que trazer essa bandeira mais próxima ainda. Também agora, como de imediato, a Frente Parlamentar está encaminhando ao Tribunal de Contas da União o estudo da Universidade Federal e pedindo para que o Tribunal de Contas da União revise os procedimentos agora com base nessa fundamentação técnica. Na decisão que foi tomada e no encaminhamento que vinha sendo tido, não existiam esses detalhes tão ricos. E aqui ficou reconhecido, Deputado Romanelli, por toda a sociedade que participou da Audiência, que a Assembleia é o espaço mais amplo para se debater o tema do pedágio. A OAB reconhece, o Ministério Público reconhece, as entidades de classe reconheceram a importância desta Casa e dos seus 54 Parlamentares.

Este foi o momento de maior interação, que eu me lembre, ao longo dos meus 44 anos, de interação entre a Assembleia e a sociedade paranaense, momento em que se engajou a população e essa população engajada deu força a esta Casa para tentar estar, neste momento, segurando a que não realize um pedágio injusto para o povo paranaense. Enfrentamos muita propaganda, inclusive do Governo Federal, para dizer que eram necessárias 15 praças novas, 40% de degrau tarifário. E aqui sobrevivemos e estamos lutando, junto ao Tribunal de Contas da União, para que isso não ocorra. Furos nos processos, superfaturamento em desapropriações, ausência de projeto executivo, tarifa superfaturada, praça em lugar não permitido, obra em posto de combustível em região alagada, um desconhecimento do Estado do Paraná. Por isso que o TCU está inquirindo o Governo Federal, graças ao trabalho dessa Frente, de todas e todos nós até aqui. Quero agradecer a cada Deputado e a cada Deputada que participou um minutinho, que dedicou o seu tempo para fazer com que o Paraná sobreviva neste *Davi contra Golias* que é a luta do pedágio. Quero aqui dizer que o Tribunal de Contas da União também estendeu o prazo em 75 dias para análise do Projeto enviado pela ANTT. E, para encerrar este assunto do pedágio, quero pedir união entre nós, para que façamos o melhor possível para que essa barbárie cara que custou a vida de muita gente nos últimos 24 anos não volte de forma abusiva e contundente e piore ainda a situação do povo paranaense. Quero aqui, Deputado Micheletto, agradecer a V.Ex.^a, enquanto Líder do Governo, por receber daqui a pouco o SindSaúde com as demandas dos servidores. Quero também fazer um apelo para que os nobres colegas que falam tanto sobre passaporte vacinal entendam que a Oposição vai recorrer dessa sanção da lei abusiva e inconstitucional que é esse passaporte da vacina. Vamos entrar com uma ADI, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ouvi alguns Parlamentares dizendo que isso é muito ruim. Não, ruim é permitir que um Projeto inócuo e sem validade se sobreponha às leis federais. As universidades públicas estaduais e federais têm competência assegurada pela União, já julgada pelo STF, e autonomia para ditar e colocar a sua política pública de saúde. Quanto ao caso de Paraíso do Norte, cabe informar aqui a quem fica falando que o Decreto do Poder Executivo, do Prefeito,

ele é legal até que seja julgado, ele tem amparo na Lei Federal n.º 13.979/2020 e na Lei Federal n.º 14.019. Somos contra essa lei proibitiva, essa lei que favorece a antivacina, essa lei que desqualifica a política pública e interrompe um trabalho de prevenção, um trabalho de controle ao espraçamento desse vírus. É uma lei que não terá validade! Com certeza, como o *homeschooling*, vai cair perante a inconstitucionalidade de que foi feita, ao padecimento de desrespeito à legislação que detém a autoridade sanitária em realizar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... ao poder que tem a autoridade sanitária, no caso a Secretária do Estado, em realizar a política pública de saúde. Em vários momentos, o povo paranaense precisa desta Casa, mas precisa de forma profícua, precisa para que ela intervenha em assuntos e realize coisas boas para o Estado. Uma lei que pode causar futuramente um malefício à sua população, ao proibir que a Secretaria edite medidas sanitárias que detenham o espraçamento de um vírus ou que seja uma medida que amenize o caos por conta de um momento pandêmico, é inaceitável. Além de discordar do mérito dessa lei, entendemo-la como inconstitucional, por isso tomaremos essa providência judicial a partir de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee

(PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Guto Silva (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Maria Victória (PP), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) **(48 Parlamentares)**; **Deputado ausente com justificativa:** Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Tião Medeiros (PP) conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Incisivo II do Regimento Interno **(2 Parlamentar)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Alexandre Curi (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Jonas Guimarães (PSD), e Requião Filho (PT) **(4 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 157/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que altera a Lei n.º 20945, de 20 de dezembro de 2021, que instituiu o serviço público de loteria no Estado do Paraná, e altera a Lei n.º 11362, de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Assistência Social como destinatário da arrecadação da exploração do serviço estadual de loteria; **Autuado sob o nº 158/2022**, do Deputado Michele Caputo, que institui a meia-entrada para artistas e técnicos-artísticos profissionais nos eventos culturais e esportivos no Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, só uma informação. Vamos iniciar a votação, mas na sequência, depois de terminada esta Sessão, teremos mais uma Sessão Ordinária, por isso que precisamos de presença depois, que é a Sessão antecipada de amanhã para hoje. Então, chamando a atenção dos Sr.^s Deputados.

Passamos aos Itens da pauta.

Teremos aqui cinco Redações Finais. Vamos fazer a votação simbólica.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 546/2018, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que denomina Olívio Jacometo o viaduto localizado no Km 157 da BR-376, no município de Mandaguaçu.

ITEM 2 – Redação Final Discussão do Projeto de Lei n.º 579/2018, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Anjos da Cidadania, com sede no município de Fazenda Rio Grande.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 62/2020, de autoria do Deputado Paulo Litro, que estabelece diretrizes para a valorização da vida nas instituições de ensino do Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 271/2021, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o Título de Capital do Morango do Estado do Paraná ao município de Jaboti.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 416/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comunidade Terapêutica Viver Bem Assistência e Apoio a Mulheres Dependentes Químicas e Alcoólatras e Familiares, com sede no município de Ibiporã.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas as cinco Redações Finais.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 548/2018, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que declara Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial Paranaense a Rota Transcontinental Caminhos de Peabiru, no trecho que compreende o Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Emenda da CCJ. Vamos discutir o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Galo, Luiz Carlos Martins, Guerra, Marcio Nunes, Michele Caputo, Nelson Luersen e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (44 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Galo, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Requião Filho, Tercílio Turini e Tião Medeiros (10 Deputados).*] **Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 548/2018.**

Em votação a emenda. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Cristina e Goura. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Galo, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Requião Filho, Tercílio Turini e Tião Medeiros (11 Deputados).*] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 16/2021, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Luiz Claudio Romanelli e Soldado Fruet, que proíbe a realização de corridas competitivas com cães ou atividades extenuantes de mesma natureza. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Emenda da CCJ. Vamos discutir o Projeto, ressalva a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Presidente, só para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos votando, mas tudo bem, Deputado. Rapidinho.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Tentei me manifestar, mas não consegui em tempo, mas agradeço o espaço. Esse é um Projeto que escrevemos com o Deputado Romanelli e com o Deputado Soldado Fruet, para evitar cães, de qualquer raça, mas em especial a Galgo, que é utilizada no Brasil para corridas. Temos estados como o Rio Grande do Sul que chegou já a proibir, já tem lei proibindo. Por quê? Porque é uma crueldade contra esses animais. Então, é um desrespeito. Precisamos evitar que isso tenha continuidade no Estado do Paraná. Por isso, quero agradecer já aos Deputados que votaram a favor, tanto nas Comissões, quanto na votação de ontem e também reforçar o pedido para aprovarmos na votação de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando o voto dos Deputados Arilson Chiorato, Artagão Junior, Gilberto, Goura, Homero Marchese, Romanelli, Guerra, Marcio Nunes, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (42 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Galo, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tião Medeiros (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 16/2021.**

Em votação a emenda. Como encaminham o voto os Líderes, à emenda ao Projeto 16/2021?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Galo, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Requião Filho, Tercílio Turini e Tião Medeiros (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Emenda.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 237/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins, que denomina Valdomiro Frederico o viaduto localizado na Estrada Bonfim – PR-482, Km 135+490m, sobre a Avenida Paraná, no município de Umuarama. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Galo, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Tião Medeiros (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 237/2021.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 476/2021, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Goura, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Maria Isabel Kugler Mendes. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio

*Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tião Medeiros (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 476/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Um Requerimento com discussão adiada do Deputado Arilson Chiorato (**Requerimento n.º 932/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo o retorno dos Requerimentos aprovados nesta Casa, de autoria dos Deputados da Bancada de Oposição), Deputado Marcel Micheletto, Liderança do Governo!

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “*sim*”... isso é, encaminhamento. Desculpe!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Requerimento do Deputado Arilson Chiorato, que foi adiado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Desculpe, Presidente. Estou aqui e ia enviar como expediente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Acordado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Acordado? Ok, então, encaminhado como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Temos três requerimentos de pedido de informações, um do Deputado Tadeu e dois da Deputada Mabel Canto: **Requerimento n.º 995/2022**, dos Deputados Goura e Tadeu Veneri, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, conforme especifica; **Requerimento n.º 996/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do fechamento do Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa; **Requerimento n.º 997/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do retorno do Pronto Atendimento Infantil ao Hospital da Criança em Ponta Grossa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Então, **adiados na forma regimental.** Os três, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Sim, os três.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Ok.

Requerimento n.º 1006/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 338/2021 ao Projeto de Lei n.º 628/2017, por tratar de matérias correlatas. Em discussão. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimento n.º 1009/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 644/2021 ao Projeto de Lei n.º 656/2020, por tratar de matérias correlatas. Em discussão. Em votação. Deputados favoráveis

permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 944/2022, do Deputado Guto Silva, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa às Sr.^{as} Laurinha Luiza Dall'Igna, Liana Terezinha Steffen e Sueli Rosa Dartora; **Requerimentos n.ºs 947 e 948/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando aprovação de moção de louvor e aplausos às atletas: Laura Felizardo da Silva; e Ana Laura Zanoni Rizzato; **Requerimento n.º 949/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – Comec, Sr. Gilson de Jesus dos Santos, requerendo o treinamento adequado dos motoristas que realizam o transporte metropolitano de passageiros, especialmente com relação ao cuidado com pedestres e ciclistas; **Requerimento n.º 950/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva, requerendo providências para a urgente instalação de trapiches nas Comunidades de Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, Ilha do Teixeira, Europinha e Vila Maciel, no município de Paranaguá; **Requerimento n.º 951/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente do Instituto Água e Terra do Paraná, Sr. José Volnei Bisognin, requerendo providências para a urgente instalação de trapiches nas Comunidades de Eufrasina, Amparo, Piaçaguera, Ilha do Teixeira, Europinha e Vila Maciel, no município de Paranaguá; **Requerimento n.º 952/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, requerendo providências e alternativas para solucionar as constantes quedas de energia na comunidade Eufrasina, no município de Paranaguá; **Requerimentos n.ºs 953 a 957, 960, 962 a 964, 966, 968, 970 a 972, 974 a 981 e 983/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e envio de menção honrosa aos profissionais da saúde: Femipa; Fehospar; Sesa; Lacen;

IBMP; CES; Cosems; Samu; Aéromédico – Samu; BPMOA; CRM; CRO; CRF; CRMV; CRBIO; CRN; CRBM; Crefito; CRP; Coren; Crefono; CRESS; e CREF;

Requerimento n.º 958/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Giorgia Enrietti Bin Bochenek; **Requerimento n.º 982/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o registro e envio de votos de louvor ao Pastor Manfred Gumbel; **Requerimento n.º 984/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro de menção honrosa póstuma à Sr.^a Valdirene Aparecida Ferreira dos Santos; **Requerimentos n.ºs 986 a 988, 991 a 994, 1001, 1003 a 1005 e 1007/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e envio de menção honrosa: à Sr.^a Michele Brugnerotto; à Sr.^a Valéria Regina Prado Malafaia Correa Leite; à Sr.^a Andréia Akemi Morita; à Sr.^a Edilaine de Paula Liberati; ao Dr. Bruno Mitsuo Tomioka de Oliveira; ao Sr. Marcelo Hagebock Guimarães; à Sr.^a Luciane Wunsch; à Sr.^a Silvana Martins Lemes; à Sr.^a Tatiane Silva Guilherme; à Sr.^a Izabela Garcia da Silva; à Sr.^a Mariana Duarte de Lima Moser; e Dr. Ademir Pelizzari; **Requerimento n.º 989/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Alessandra Consoli; **Requerimento n.º 990/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. Silvio Victor; **Requerimento n.º 998/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, conforme especifica; **Requerimento n.º 999/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, com Indicação Legislativa pra remição de pena aos detentos através do trabalho envolvendo cuidados com animais para adoção, no âmbito do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1008/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e envio de menção honrosa à Dra. Carolina Panis; **Requerimento n.º 1010/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo que empreenda esforços no sentido de dar andamento às demandas solicitadas; **Requerimentos n.ºs 1011 e 1013/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o registro e envio de votos de congratulações: à Dr.^a Luciane Moreira;

e ao Dr. Carlos Augusto Moreira Junior; **Requerimento n.º 1012/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente à Secretária Municipal de Saúde de Curitiba, Sr.^a Beatriz Batistella Nadas, requerendo resolução no atendimento dos novos alunos da Escola de Educação Especial 29 de Março; **Requerimento n.º 1014/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Delegado Adriano Chohfi; **Requerimento n.º 1015/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. 3.º Sargento Robson Miguel Souza de Lima; **Requerimentos n.ºs 1016 e 1017/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa: ao Delegado Gutemberg Luz Neves Ribeiro; e ao Delegado Daniel Prestes Fagundes; **Requerimento n.º 1018/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Presidente do Senado Federal do Brasil, Senador Rodrigo Pacheco, e aos Deputados Federais do Estado do Paraná, em apoio ao Projeto de Lei n.º 2.788/2019.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa pra providências: **Requerimento n.º 959/2022**, do Deputado Marcio Nunes, requerendo a indicação do Deputado Marcio Nunes para as Comissões e Bloco Parlamentar: Bloco Parlamentar da Erva Mate; Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência; Comissão de Redação; e Comissão de Turismo; **Requerimento n.º 969/2022**, dos Deputados Tercílio Turini e Michele Caputo, solicitando a inclusão do Deputado Michele Caputo como coautor do Projeto de Lei n.º 128/2022, de autoria do Deputado Tercílio Turini; **Requerimento n.º 973/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando autorização para se ausentar do País no período de 1.º a 8 de maio de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo; **Requerimento n.º 1002/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o cancelamento do Requerimento n.º 945/2022, protocolado em 18 de abril de 2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 961/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 13 de abril de 2022; **Requerimento n.º 967/2022**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 13 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 965/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 4 de abril de 2022; **Requerimento n.º 985/2022**, do Deputado Professor Lemos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 13 de abril de 2022.

Deferido conforme o inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão de tratamento de saúde): **Requerimento n.º 1000/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando a prorrogação para tratamento de saúde, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias no período de 18 de abril a 9 de maio de 2022.

Requerimento arquivado.

Requerimento n.º 946/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Giorgia Enrietti Bin Bochenek. **Requerimento arquivado.**

Requerimento cancelado.

Requerimento n.º 945/2022, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo que empreenda esforços no sentido de dar andamento às demandas solicitadas. **Requerimento cancelado pelo Requerimento n.º 1002/2022.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra, antecipada de quarta-feira, dia 20, para o dia 19, na sequência, com a **Ordem do Dia** que já foi anunciada e disponibilizada no *site* da Assembleia: 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 16/2021; 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 476/2021; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 607/2021, 666/2021, 23/2022 e 44/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h17, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)